

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Marciano Rillo da Silva

**O impacto sócio econômico da vida em assentamentos
rurais em São Borja: O caso dos assentamentos Cambuchim e
Cristo Redentor**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando ao curso de Ciências
Sociais – Ciência Política da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais – Ciência Política.

São Borja
2013

MARCIANO RILLO DA SILVA

**O IMPACTO SÓCIO ECONÔMICO DA VIDA EM ASSENTAMENTOS
RURAIS EM SÃO BORJA: O CASO DOS ASSENTAMENTOS CAMBUCHIM E
CRISTO REDENTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando ao curso de Ciências
Sociais – Ciência Política da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. César Beras

**São Borja
2013**

MARCIANO RILLO DA SILVA

**O IMPACTO SÓCIO ECONÔMICO DA VIDA EM ASSENTAMENTOS
RURAIS EM SÃO BORJA: O CASO DOS ASSENTAMENTOS CAMBUCHIM E
CRISTO REDENTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando ao curso de Ciências
Sociais – Ciência Política da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 23 de maio de 2013.
Banca examinadora:

Prof. Dr. César Beras
(Orientador)

Prof. Dr. Davide Carbonai
Curso de Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

Prof. Dr. Ângela Quintanilha Gomes
Curso de Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA

RESUMO

O presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto de viver em assentamentos dos sem terra para o desenvolvimento sócio econômico do produtor rural? Buscamos compreender a dinâmica de funcionamento do assentamento e as condições existentes que determinam esta dinâmica. Analisaremos empiricamente os assentamentos Cristo Redentor localizado praticamente dentro da área urbana distante apenas 5 Km da sede municipal e Cambuchim localizado na localidade de São Miguel, distante 39 Km da sede municipal, pertencentes ao município de São Borja. Em nossa hipótese central formulamos que o impacto é pequeno devido a três fatores: a falta de experiência anterior, a falta de apoio técnico e tecnológico e o tamanho da propriedade. Buscando embasar nosso estudo empírico que foi realizado a partir da metodologia comparativa com a utilização de um questionário semiestruturado. Embasam nossa pesquisa duas grandes reflexões: a primeira sobre a questão agrária e a dinâmica do acesso a terra no Brasil, onde focamos seu desenvolvimento sócio - histórico, focando a reforma agrária e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para buscarmos os elementos explicativos mais gerais para nosso estudo empírico, a segunda reflexão teórica realizada, buscará apreender a discussão sobre a agricultura familiar e as políticas públicas constituídas para os assentamentos, buscando verificar sua constituição sócio-histórica, e sua relação com as reais condições existentes nos assentamentos agrícolas atualmente. Nas considerações finais apresentaremos os resultados encontrados em campo, que nos possibilitarão comprovar ou não nossos fatores explicativos.

Palavras-chave: assentamentos. desenvolvimento sócio econômico. impacto.

RESUMEN:

El presente trabajo surge del siguiente problema de investigación: Cual es el impacto de vivir en asentamientos de los Sin Tierra para el desenvolvimiento socio-económico del productor rural? Buscamos comprender la dinámica del funcionamiento del asentamiento y las condiciones existentes para determinar esta dinámica. Analizaremos empíricamente los asentamientos "Cristo Redentor" localizado prácticamente dentro del área urbana distante apenas 5Km de la sede municipal y Cambuchim localizado en la localidad de São Miguel, distante 39Km de la sede municipal, pertenecientes al municipio de São Borja. En nuestra hipótesis central manifestamos que el impacto es pequeño debido a tres factores: la falta de experiencia previa, la falta de apoyo técnico y tecnológico y el tamaño de la propiedad. Buscamos justificar nuestro estudio empírico que fue realizado a partir de la metodología comparativa con la utilización de un cuestionario semi estructurado. Justifican nuestras investigaciones dos grandes reflexiones: la primera sobre la cuestión agraria y la dinámica del acceso a la tierra en Brasil, donde resaltamos su desenvolvimiento socio-histórico, destacando la reforma agraria y el surgimiento del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) para buscar los elementos explicativos más generales para nuestro estudio empírico, la segunda reflexión teórica realizada, buscará abarcar la discusión sobre la agricultura familiar y las políticas públicas constituidas para los asentamientos, buscando verificar su constitución socio-histórica, y su relación con las reales condiciones existentes en los asentamientos agrícolas actualmente. En las consideraciones finales presentaremos los resultados encontrados en campo, que nos posibilitarán comprobar o no nuestros factores explicativos.

Palabras-clave: asentamientos. desenvolvimiento socio-económico. impacto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DO ACESSO A TERRA NO BRASIL.....	10
2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DE ACESSO A TERRA NO BRASIL	10
2.1 A REFORMA AGRÁRIA E O ACESSO A TERRA.....	18
2.3 O MST, OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A BUSCA DE NOVAS DINÂMICAS DE ACESSO A TERRA.....	22
3 DESENVOLVIMENTO RURAL E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS.....	28
3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL	28
3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ASSENTAMENTOS.....	35
4 CONHECENDO A REALIDADE PESQUISADA	40
4.1. Problema e hipótese de pesquisa	40
4.2. Aspectos Metodológicos.....	42
4.2.1. Técnicas de pesquisa e análise.....	43
4.3 Conhecendo nosso objeto de pesquisa	47
4.4 Discutindo o problema e a Hipótese: dialogando com os dados	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE 01	77

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: **Qual o impacto de viver em assentamentos dos sem terra para o desenvolvimento sócio econômico do produtor rural?** Ele verificará se a dimensão do impacto na vida em assentamento é positiva ou negativa, se o retorno sócio econômico é satisfatório, levando-se em conta as condições de trabalho e os resultados obtidos no desenvolvimento das atividades agrícolas dentro do assentamento.

Os dois assentamentos estudados são localizados na cidade de São Borja/RS, de um conjunto de quatro existentes no município, que são denominados Assentamento Cambuchim localizado na localidade de São Miguel, distante 39 Km da sede municipal com 600 Hectares distribuídos entre 30 famílias assentadas, e o Cristo Redentor localizado praticamente dentro da área urbana distante a apenas 5 Km da sede municipal e com uma área de 255 hectares distribuídos entre 15 famílias assentadas.

Neste sentido objetivamos buscar uma abordagem da relação entre o tipo de assentamento implantado e as formas de seu desenvolvimento sócio econômico, considerando se o pequeno produtor ali instalado tenha ou não a capacidade de desenvolver-se economicamente e socialmente, a fim de buscar uma qualidade de vida para si e seus familiares, conquistando através do seu trabalho; moradia, saúde, lazer e educação. Busca-se ainda saber se os assentados já possuíam experiência com relação às atividades agropecuárias que passaram a executar, e de que modo isto influenciaria ou não no seu desenvolvimento sócio econômico. Buscaremos saber, também, se elas fazem uso do conhecimento tecnológico existente e, por conseguinte se gera a inclusão social, ou não do assentado.

Como bem sabemos em nosso país o problema agrário de acesso a terra remonta desde o tempo do Brasil Colônia, passando pelo império, república, ditadura militar, até o atual período democrático, sem nunca ter sido resolvido de fato a questão, muito pelo contrário, tendo se agravado a relação entre latifúndio improdutivo e a pequena propriedade produtiva.

Após a segunda guerra mundial os países sofrem uma crescente e rápida industrialização, modernizando a agricultura através do uso de máquinas agrícolas causando excesso de mão-de-obra no campo e este migrando para as cidades por não terem acesso a terra para continuarem na atividade agrícola.

A partir deste quadro geral, vamos no capítulo um abordar três reflexões: (i) a questão agrária que se formava e a sua dinâmica sociopolítica do acesso a terra no Brasil, desde a lei de terras com suas nuances e seu impulso a formação do latifúndio no Brasil através de doações de sesmarias.

Veremos a (ii) reforma agrária com seus objetivos sociais, sua luta e os governos insensíveis ao problema, mais colocando empecilhos do que ajudando, usando-a apenas como moeda no jogo político, não tendo coragem de enfrenta-la, e também veremos (iii) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos principais atores deste processo, que com sua luta pelo acesso a terra trouxe à tona a questão para os governos e sociedade não mais esquecê-la: sua forma como são implantados, seu trabalho e sua busca de novas dinâmicas que lhe auxiliem no acesso à terra, suas pressões políticas através de invasões, e ou, ocupações de propriedades rurais, órgãos de pesquisa e prédios públicos que culminam com os assentamentos rurais. O foco geral do capítulo é o das formas de acesso à terra e sua dinâmica específica.

Já no capítulo dois abordaremos realizando outras duas reflexões: a (i) questão da agricultura familiar, definindo-a e vendo sua importância no contexto agrário e social, bem como seu desenvolvimento sócio-histórico chegando até a uma discussão mais atualizada, e veremos também (ii) as políticas públicas para os assentamentos, discorrendo sobre a falta das mesmas para os que ali vivem. Realizaremos um breve panorama dos governos passados até os atuais sobre a sua política para a reforma agrária. Assim o foco geral deste capítulo é o de perceber o funcionamento dos assentamentos após todo o processo de busca pelo acesso, e utilização da terra.

No capítulo três apresentaremos de forma detalhada nosso problema e hipóteses de pesquisa, a metodologia utilizada, o objeto de pesquisa e os resultados encontrados.

Neste sentido nossa pesquisa foi realizada, através de um questionário semiestruturado, que foi aplicada aos moradores dos assentamentos com o intuito de esclarecer questões que achamos pertinentes.

Para responder ao nosso problema de pesquisa formulamos a seguinte hipótese:

O impacto causado na vida social nos assentamentos para o desenvolvimento socioeconômico, que se materializaria em ter moradia saúde, lazer

e condições de trabalhos compatíveis com as necessidades do produtor assentamento ali residente, é muito pequeno devido ao baixo retorno econômico, que se evidencia provavelmente pelos seguintes fatores:

1. Falta de experiência anterior nas atividades agrícolas que se caracterizaria pela escolha de culturas e animais, que seriam usados por ocasião da implantação do assentamento, e falta de orientação no uso de recursos financeiros que lhes causariam um endividamento.

2. Falta de uso de tecnologias agrárias disponíveis que se caracterizariam por ausência de projetos de irrigação na área, ausência de máquinas modernas para trabalhar a terra, ausência de correção e adubação do solo, e falta de assistência técnica para lhes orientar.

3. Tamanho da propriedade que se caracterizaria por serem pequenas e insuficientes, e pelo fato de os assentados fazerem uso principalmente da monocultura que sempre necessita de uma área maior para diluir seu altíssimo custo.

Buscaremos assim realizar esta reflexão entre a questão agrária e os assentamentos buscando contribuir para a reflexão sobre as necessárias políticas agrárias em nosso país, buscando na conclusão de nosso trabalho apresentar os resultados encontrados e algumas considerações finais.

2 A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DO ACESSO A TERRA NO BRASIL

O presente capítulo busca apresentar a primeira de suas grandes discussões que vamos realizar para embasar nosso TCC: a dinâmica sociopolítica do acesso a terra no Brasil, onde buscaremos apresentar os principais elementos constitutivos da problemática central ligada aos assentamentos dos sem terra.

Está constitui-se na questão do acesso à terra, a qual vamos abordar em três níveis: primeiro compreender a questão agrária e a dinâmica sociopolítica do acesso à terra, ou seja, desde a vinda dos portugueses e o nascimento do latifúndio, passando pelo coronelismo e vindo até os dias de hoje, explorando a partir deste desenvolvimento sócio-histórico, as principais características de tal dinâmica.

Em segundo, vamos focar o processo de reforma agrária no país e o acesso à terra, verificando, como surgiu e se desenvolveu tal processo e como atendeu ou não as demandas de terra no país, assim como sua relação com o desenvolvimento do país.

E por último em terceiro, vamos abordar na sequência das outras abordagens e buscando completa-las, o surgimento e importância do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua luta pela implantação de assentamentos rurais, assim como de novas dinâmicas de acesso à terra impulsionados pelos movimentos populares.

2.1A QUESTÃO AGRÁRIA E A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA DE ACESSO À TERRA NO BRASIL

A existência conjunta de grandes concentrações de terras em grandes latifúndios desocupados, e pequenos agricultores produtores, com terras insuficientes para trabalho ou até mesmo sem terras, forma a equação que no histórico do pensamento social e econômico foi o ingrediente principal para explicar o subdesenvolvimento do trabalhador do campo. A alta concentração fundiária improdutiva serve na maioria das vezes apenas como reserva de valor, pois seu custo para mantê-la é extremamente baixo e na hora de desfazer-se da mesma adquire um valor sempre em ascensão no mercado, tornando-se assim um investimento de altíssimo retorno gerando enormes lucros. Pelo prisma do

subdesenvolvimento do homem rural estão as más condições de trabalho que lhe são impostas, sem acesso a políticas públicas alguma e completo desamparo pelo estado e sociedade, tudo isto nos leva a aumentar uma discussão e da questão agrária no sentido de democratizar o acesso à terra, e dar condições estruturais de nela permanecerem, tirando dali ao menos para o seu sustento familiar.

Neste sentido para melhor entendermos as questões de conflitos e assentamentos agrários e advindos daí a questão do acesso à terra é necessário que se faça um olhar deste tema ao passado, portanto é imperativo que busquemos subsídios de leitura e pesquisa no século passado.

Ao descobrir o Brasil, o Reino de Portugal, precisava realizar o povoamento e com isso tomar posse de fato desta nova área de terras recém descoberta, mas existiam vários empecilhos para realizar empreitada de tal envergadura: demandava altíssimos custos e já estava envolvido com colonizações na África e na Índia, que neste momento lhe auferiam vultuosos lucros. Passado algum tempo resolve que a forma mais correta de explorar a nova terra seria através das já conhecidas (desde o séc XV), e com resultados positivos, Capitánias Hereditárias.

Com a instituição das capitánias hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda (BORGES, 2011, p.259).

Ele optou por esta forma, pois como eram hereditárias, então eram doadas, para todo o sempre para o donatário e seus sucessores e herdeiros. Isto foi proposital a fim de despertar o desejo de se fazer fortuna nas novas colônias. Mesmo com todos estes atrativos muitos donatários recusaram-se a vir, e muitos que vieram ao não terem satisfeitas sua sede de riqueza e cobiça, terminaram desistindo. Por isso poucas capitánias hereditárias tiveram o sucesso que delas se esperavam, destacando-se as de Pernambuco e São Vicente (onde hoje situa-se São Paulo).

Pela carta de doação da capitania de Pernambuco, lavrada na cidade de Évora, em 10 de março de 1534, Duarte Coelho recebeu 60 léguas de terra, na costa do Brasil, situadas entre o Rio São Francisco e a ilha de Itamaracá, que “entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro, tanto quanto puderem entrar e for da minha conquista” doação que lhe era feita” deste dia para todo o sempre, de juro e verdade, para ele e para todos os seus filhos, netos, herdeiros, sucessores, que após eles virem, assim

descendentes, como transversais e colaterais (GAMA apud BORGES, 2011, p.262-263).

Seus donatários tinham poderes quase que absoluto, com o Rei abrindo mão de muitas prerrogativas como forma de incentivar a colonização. Mas somente um poder não se fizera concessão, o poder absoluto da coroa a quem todos deviam respeito e prestação de contas dos atos praticados nas colônias.

Para melhor exemplificar citamos a carta de doação da capitania de Pernambuco:

Segundo o texto integral da referida carta publicada por J.B. Fernandes Gama, podemos resumir, da maneira abaixo, os direitos, privilégios e obrigações do donatário e seus sucessores: 1 – completa jurisdição civil e criminal; 2 – Direito de assistir, intervir, confirmar ou não a eleição de juizes e oficiais de justiça; de nomear Ouvidor que terá alçada nas causas cíveis, até cem mil-reis, e nas criminais até a pena de morte, sem apelação nem agravo; Tratando-se , porem , de pessoas de “mor qualidade” (ricas) a alçada será até 10 anos de degredo e cem reais de pena. Nos casos de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, alçada até a pena de morte, seja qual for a qualidade do acusado” (...) 9 - Não poderão tomar para si ou para sua mulher ou filhos e herdeiros, “terra alguma de sesmaria”; podem, no entanto, dar todas as terras de sesmarias a qualquer pessoa, de acordo com as Ordenações do Reino, livres de foro e direitos, salvo o dízimo à ordem de Cristo, cujas terras o donatário ou seus sucessores não poderão tomar para si, salvo por compra, “das pessoas que lhes quiserem vender”, somente após terem sido aproveitadas.(GAMA apud BORGES, 2011, p. 261-262).

Ao chegar em 1535, Duarte Coelho, donatário da capitania hereditária de Pernambuco, iniciou a fazer uso da prerrogativa nº 9 da carta exposta acima, doando entre as famílias de sua comitiva, e convidados vindos para participarem da colonização, glebas e sesmarias entre os mesmos advindo, portanto daí, um elemento central da origem do latifúndio no Brasil, pois tal atitude permitiu a concentração de muita terra nas mãos de poucos, traço objetivo que acabou por configurar uma cultura latifundiária enquanto algo natural e positivo.

Temos ainda, mesmo que escassa uma visão diferenciada das sesmarias sob o domínio Holandês, que ao contrario do domínio Português, buscavam uma divisão de terras entre os colonos que aqui se encontravam ou viessem através da sua companhia das índias orientais. Mas aqui chegando os colonos holandeses não tinham apego pela agricultura, preferindo em sua maioria estabelecerem-se na cidade, mais precisamente no Recife, na condição de taverneiros, comerciantes e até mesmo operários, em busca então de uma renda mais rápida e com maior liquidez.

Em cartas endereçadas a Companhia, Mauricio de Nassau, pedia o envio de colonos com perfil agrícola e empreendedor com recursos financeiros dentre os outros:

Querei-vos assegurar-se da posse do Brasil conquistado, enviei colonos e reparti com eles estas imensas e férteis campinas que estão a vossa disposição; daí terras aos soldados veteranos e inválidos, e as colônias do Brasil serão os vossos postos avançados e as vossas guarnições; foi deste modo que Roma subjogou o mundo (GAMA, 1844, p. 42-52 apud in BORGES, 2011, p. 261-262).

Por este ângulo é de fácil percepção a diferença do modo de exploração da terra, a sua preocupação com a falta de cultivo de alimentos de primeira necessidade privilegiando a monocultura que já existia na época, a da cana-de-açúcar.

Na luta que sustentou contra a monocultura, Nassau, possibilitou o desenvolvimento da produção de gêneros de subsistência. De um lado, obrigando os senhores de engenho a cultivarem a mandioca; de outro distribuindo terras aos colonos pobres, garantindo-lhes a compra, por parte da Companhia, de toda a produção (BORGES, 2011, p. 279).

Mesmo com poucos elementos, é possível ver que no domínio holandês, existia uma política mais progressista de acesso à doação de terras e preocupação com o indivíduo rural, bem diferente do domínio português de utilização da colônia como um mero polo extrativista.

Como vimos então o acesso à terra, desde o início do Brasil Colônia, teve sempre como protagonistas o governo imperial, depois se tornando república, e o grande latifundiário que chegou a este estágio através do recebimento de grandes extensões de terra do poder constituído (Império Português), com o intuito de torná-la produtiva e rendosa, para o regime político instituído e também a fim de consolidar e organizar a posse do imenso território que existia, praticamente sem custo nenhum para o governo.

Mesmo com advento da lei que permitia a compra da terra no tempo do império, ela trazia consigo já no seu início a exclusão, pois somente poderia adquiri-la com pagamento a vista à Coroa, sendo que com esta característica deixava de fora ex-trabalhadores que tinham sido escravos, pois não possuíam nenhum bem, impedindo-os de transformarem-se em pequenos proprietários de terra, e garantindo desta forma, a mão de obra nas grandes fazendas, na condição agora de

assalariado. Vemos então não só a formação do grande latifúndio, mas como o início de um profundo processo de desigualdade social, a iniciar-se pela desigualdade no acesso a terra.

Inicia-se no bojo deste processo a formação de uma nova classe, o “coronelismo” que comandava os destinos políticos de determinadas regiões em conluio com o poder público. O coronelismo que tanto é citado em discursos e discussões nos dias atuais, e sendo bem conhecido pela maioria das pessoas através de seriados e novelas de nosso mundo televisivo, na figura de um homem de uma idade já avançada, trajando terno de linho branco e seu indefectível chapéu panamá, também da mesma cor, é na verdade fruto de nossa estrutura econômica e social equivocada. Ele sobrevive até hoje em determinado lugar onde o governo eleito não podendo prescindir do eleitorado rural, estabelece uma troca de proveitos entre o seu poder público constituído com o apoio eleitoral do “Coronel”, que é quem realmente detém o poder nesta determinada região obtido por causa de nossa má estrutura agrária que remonta desde a época imperial.

E sob, e com está liderança localizada que a figura emblemática faz jus ao nome que carrega. “Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra” (LEAL, 2012, p. 44).

O que nos interessa aqui é frisar que a base desta classe política é a propriedade rural latifundiária, constituída através da concentração fundiária em alta escala, evitando o processo de distribuição de terra e logo de um crescimento da economia rural mais equilibrado, gerando um desenvolvimento agrário contraditório.

As razões desta contradição devem ser encontradas na fragmentação, preferentemente das propriedades médias, na recomposição das grandes propriedades, compensando as que se parcelam, ou ainda na sobrevivência de grandes fazendas, mesmo decadentes, pela substituição, por exemplo, da agricultura pela pecuária. A contiguidade de terrenos férteis e virgens, sobretudo no caso do café, tem sido a condição primordial da formação de grandes fazendas, pela sua elevada produtividade, ainda que em regime de exploração intensiva e predatória (LEAL, 2012, p. 49).

E vai mais além à observação de Leal ao ilustrar o pequeno proprietário neste contexto.

A situação dos pequenos proprietários é em regra difícil em nosso país, sobretudo quando em contato com a grande propriedade absorvente. Essa precariedade é agravada pela pouca produtividade do solo nos casos em que o parcelamento da terra foi motivado pela decadência das fazendas (LEAL, 2012, p. 51).

Não tendo acesso a crédito oficial, e sendo quase na maioria das vezes analfabeto o pequeno proprietário, parceiro meeiro, ou melhor, dizendo colono, busca muitas vezes apoio financeiro e de conhecimento achando ser o coronel seu esteio de vida tal é sua degradação econômica e má qualidade de vida que passa juntamente com sua família, visto que tais políticas públicas voltadas para seu meio, se é que existe, passa necessariamente pelo crivo do coronel do lugar, tornando-o assim aos seus olhos seu grande protetor e benfeitor.

Referimos acima para ilustrar uma parcela dos que a duras penas, conseguem adquirir um pedaço de terra, já esgotada, em termos de produtividade, pelo seu mau uso, como bem vimos, pois as mais férteis dificilmente seriam ofertadas, gerando assim um transtorno para quem as adquirir, pois na maioria das vezes não dispõem de recursos para recuperá-la, causando-lhe um endividamento e desesperança quanto ao futuro, fazendo com que este venda a terra novamente, para alguém de mais posses que certamente agregará a uma área maior que já possui nas adjacências.

Verificamos, logo, que muito pouco mudou com o término do trabalho escravo, gerando-se uma expectativa de emancipação do homem, mais precisamente do meio rural, mas tornando-os novamente apenas um mero figurante do jogo político, servindo apenas para as pretensões das lideranças do lugar em que vive.

Finalmente, a abolição do regime servil e, depois com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terras, devido a dependência dessa parcela do eleitorado, consequência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono (LEAL, 2012, p. 253).

Dadas às peculiaridades deste fenômeno político que se enraizou em nosso sistema, subjugando pessoas e as impedindo de terem uma vida própria e serem extremamente dependentes de um indivíduo que detém o poder na maioria das vezes, agrário de uma região.

Não podemos negar que o “coronelismo” corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo, que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente uteis e merecemos aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político ao Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres’(LEAL, 2012, p. 258).

O Estado, historicamente no Brasil fez vistas grossas ao acúmulo de terras buscando não comprar briga com os latifundiários, por depender politicamente deste processo ao necessitarem dos verdadeiros currais eleitorais e modo de pressão e orientação política sobre os trabalhadores e moradores da região, realizados pelo “coronel” ou a mando deste.

Diante do quadro sinteticamente colocado acima, verificamos que é preciso então que o Estado, através de políticas públicas para o meio rural, reveja e corrija seu posicionamento histórico, tal como ilustramos acima ao levar e fazer um conciliamento entre os bolsões de pobreza social e político de nosso país, com o avanço tecnológico e de conhecimento buscando aí sim uma integração do social com o econômico, e apagar de vez esta chaga que tanto assola o homem rural de não ser uma pessoa emancipada do ponto de vista político, econômico, educacional e social, saindo da situação de pobreza em que hoje se encontra.

Como bem disse, Maluf e Mattie apud Esquerdo (2011, p. 18-19), [...] existem diversos determinantes históricos da pobreza rural no Brasil, podendo-se destacar:

- a) Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social.
- b) Capacidades Humanas: Nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação.
- c) Outras formas de capital físico: diversas formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento.
- d) Acesso e participação nos mercados: Devido as deficiências tecnológicas e própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluído dos mercados;
- e) Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;

- f) Infraestrutura: ressaltam-se as deficiências, especialmente no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes. Lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação;
- g) Oportunidade de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão-de-obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas.

É necessário destacar que conforme citação acima e verificação que vários quesitos tem uma ligação quase que simultaneamente um com o outro, como por exemplo a letra B “capacidades humanas”, que versa sobre a fala de preparo educacional por que restringe a “participação nos mercados” conforme letra D, por não fazer uso de tecnologias avançadas que terminariam afetando a qualidade e produtividade dos seus produtos e também lhe tirando uma “oportunidade de trabalho” conforme letra G, por não saber fazer uso da alta tecnologia existente nos maquinários agrícolas de hoje em dia.

Por último, quando falamos em qualidade de vida nos referimos também ao acesso à educação e através desse novo conhecimento, possa fazer uso de novas tecnologias existentes fazendo com que alimente sua produtividade na área onde vive e cultiva, gerando então o excedente. Deste modo assim o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) enxerga a questão.

Do ponto de vista econômico, o acesso à terra é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, setor dinâmico que emprega a maior parte da mão de obra no meio rural e produz 70% da alimentação que o brasileiro consome no seu dia a dia. Do ponto de vista político, é fundamental para a modernização do ordenado territorial do país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção. Também porque a reforma agrária ajuda a diminuir a histórica concentração da propriedade da terra que ainda vigora no Brasil. Do ponto de vista social, é uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda. Finalmente, sobre o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada, livre de agrotóxicos e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país (INCRA, 2010, p. 2).

Podemos, então agora abordar no detalhe a questão da reforma agrária e verificar como ela dialoga com a dinâmica de acesso à terra brasileira, com base no latifúndio e logo desigual e concentrada que configura uma situação de pobreza no campo e na cidade, pois quebra o ciclo de produção de alimentos e produtos necessários para a população viver com qualidade de vida.

2.1 A REFORMA AGRÁRIA E O ACESSO A TERRA

Começar este pequeno texto citando os reais objetivos de uma reforma agrária, tema este que deveria, teoricamente, ser o principal de qualquer governo democrático preocupado com as questões sociais, é uma forma de lembrar o quanto seria importante a sua realização, deixando-se de lado as paixões políticas, teorias falseadas, interesses privados e públicos para buscarmos um entendimento que nos leve a um objetivo comum que seria a emancipação, política, econômica e social do homem trabalhador do campo em nosso país.

Juntamente deve-se desconstruir a visão aparente de somente a grande e média propriedade serem viáveis economicamente, em detrimento da pequena propriedade, demonstrando que o minifúndio exerce sim uma função social, também, e poderá ser produtivo tanto quanto outros empreendimentos agrários além de fixar a família no campo evitando seu êxodo para as cidades, onde certamente geraria piores condições de vida.

Mesmo sendo um problema de longa data, e depois de várias leis e decretos desde o tempo imperial, somente na Constituição Federal de 1946 chegou-se a um consenso de “promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”. Ainda assim somente na década de 60 o país resolve debater a reforma agrária, e como existia um sentimento de domínio e posse da terra pelos seus proprietários, terminou transformando-se num intenso confronto político entre a esquerda e direita surgindo no nordeste às ligas camponesas e os movimentos populares de luta pela reforma agrária no sul do país. Ao ser debatido com ênfase política no congresso nacional pelos partidos de esquerda termina sendo uma das causas da derrubada do governo de João Goulart.

O governo militar em vez de se ocupar com a reforma agrária onde era preciso, pois vivíamos na época do chamado “milagre brasileiro” então era razoável que existisse recurso para implementá-la mas não foi o que aconteceu, ele preferiu fazer uma política de ocupação da Amazônia nos vazios demográficos existentes nas terras devolutas da união, através de programas de colonização oficial e privado. Tirando as novas fronteiras agrícolas onde se instalou no centro-oeste, na região Norte até hoje são discutidos seus resultados duvidosos.

Ao ser editado o estatuto da terra, foi providenciado à realização de um cadastro de imóveis rurais no país, comprovando-se daí a enorme concentração de terra que existia em nome de poucos proprietários, e terras da união:

Surgiram no nordeste as Ligas Camponesas e o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra). Ambas foram duramente combatidas pelo establishment, dentro do quadro que resultou no golpe militar de 1964. Contraditoriamente, logo no início o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra é editado (Leo nº 4.504, de 1964) e são citados o Instituto brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA (INCRA, s.p, 2013).

O governo militar, então, implantou uma modernização na agricultura, onde o Estado foi decisivo, pois ofertou crédito agrícola subsidiado, privilegiando os grandes produtores que tinham interesse em se “modernizar”. A estes era-lhes dado crédito com o fim de adquirirem máquinas, insumos modernos e sementes visando produzirem para a exportação. Termina por fazer uma diferenciação entre os produtores maiores, subsidiados com tecnologia moderna produzindo para o mercado externo, e uma imensa maioria de produtores sem está mesma tecnologia e assistência técnica produzindo para o mercado interno e seu sustento familiar.

Esta política de modernização, por conseguinte favoreceu as culturas destinadas a exportação e implantada em grandes áreas e suas agroindústrias, como cana-de-açúcar, café, soja e trigo.

O exemplo da soja é sintomático. Como indicam os dados dos censos agropecuários de 1970 e 1980, 60,8% da produção de soja no Brasil em 1970, era feita em estabelecimento de menos de 50 hectares. Durante a década de 70, a expansão do produto ocorreu principalmente em estabelecimentos maiores resultando que, em 1980, os estabelecimentos com menos de 50 hectares produziam apenas 33,3% de sua produção total. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos com 200 hectares ou mais ampliaram sua participação na produção de soja, entre 1970 e 1980, de 22,4% para 41,0%. (BRUMER, 1997, p. 95).

Como sintoma deste período, está o aumento da concentração de propriedades, que foram sendo adquiridos as de menor tamanho tornando as grandes ainda maiores. Com isso houve uma redução no número de propriedades e aumento de êxodo rural ficando assim sintetizando as transformações da década de 80.

Em 1985 com o fim do regime militar inicia-se um período denominado de “Nova República”, e retornando ao Estado Democrático retomou-se a discussão da

reforma agrária tentando-se deixar de lado o político e focar na sua questão social e elemento chave para o desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Nesta fase, o marco mais importante da reforma agrária foi a discussão e edição do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da nova república – 1º PNRA (1985-1989). O plano destacou a importância do estado da terra como instrumento de reforma agrária, adotando seus princípios básicos, tais como: a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações. (JUNIOR, 1997, p. 37).

Apesar de toda relevância que assinalava, não produziu os resultados que se propunha, por falta de vontade política, descontinuidade administrativa e principalmente falta de recursos visto que o país sofria com inflação descontrolada e sérios problemas econômicos e financeiros.

Em 1988 é promulgada uma nova constituição incluindo regras para as políticas agrícolas, fundiária e reforma agrária. Ao tratar de políticas fundiárias e através da Lei Agrária de 1993 (Lei nº 8629).

Trata-se então de um tema espinhoso de nossa cultura à reforma agrária, mais urgente e necessária para então por fim ao descaso, humilhação e segregação ao nosso homem rural. JR salienta isto, trazendo para a discussão a dimensão da cidadania como base do direito ao desenvolvimento.

O acesso à terra se conecta, nessa perspectiva, ao direito ao desenvolvimento. Visto pela ótica da cidadania (via sempre de dupla mão, direitos e deveres), o acesso à terra caracteriza-se pelo direito de homens e mulheres de proverem seu próprio sustento e pela obrigação de serem produtivos, para seu grupo familiar e para a sociedade. (JR, 1997, p.98).

Em um país como o Brasil com seus mais de 8 milhões de km², com uma economia em ascensão a cada dia que passa e sendo que grande parte deste sucesso vem da exportação de grãos e carne, e vivendo uma estabilidade política econômica é inadmissível que existam ainda em vários rincões deste país pessoas, principalmente o homem do campo, em situações de penúria social, constituindo imensa massa humana de miseráveis paupérrimos. Não se pode jogar a culpa no governo que por hora está no poder, pois isto é um problema que se arrasta há séculos, desde a época das capitâneas como já nos referimos anteriormente, prolongando-se ao longo do tempo até chegar aos nossos dias.

Fato este que tem numa de suas origens e causas a má, e, uma das piores distribuições de renda do mundo e também na concentração de terras existente fruto de nosso modelo agrário equivocado.

A concentração da propriedade rural é sem dúvida um dos fatores responsáveis por esta situação, inclusive porque pressionada o movimento migratório rural-urbano que, nos últimos 40 anos, causou um forte crescimento relativo da população, passando de 48,6 % para 75% da população nacional, enquanto a rural decresceu sua participação de 51,4% para 25% (recenseamentos de 1950 e 1990) (JUNIOR, 1997, p. 35).

Como se pode ver ao ocorrerem estas migrações causando uma urbanização acelerada das cidades daí não tendo capacidade de geração de empregos, muitas vezes pela baixa qualificação profissional do migrante termina por agravar o seu empobrecimento e de sua família ao buscarem uma nova oportunidade de vida.

Infelizmente não é o que todos possuem, apenas parte da população usufrui do avanço tecnológico conquistado pelo homem nas últimas décadas, fazendo com que se aumente a produtividade de determinado produto de origem vegetal e animal em áreas onde produzia-se apenas uma pequena produção. Para chegar a este estágio foi necessário muita pesquisa e investimento, correção do solo, adubação etc...; que demandaram recursos, mas torna-se urgente disseminar esse conhecimento para todos do meio rural a fim de tornar sustentável sua propriedade lhes gerando renda para então ali permanecer, e não precisar alçar voo para outros lugares onde certamente lhe causará problemas.

Por isso os governos ao falarem sobre programas de erradicação da pobreza no Brasil, através de ações conjuntas de seus ministérios compatíveis para tanto, nunca deverão deixar de fora o tema reforma agrária, pois é no campo, setor rural, onde se encontra os maiores índices de pobreza, ocasionando com isso verdadeiras favelas rurais, sendo este quadro que deve-se buscar o seu fim, através de uma reforma agrária que realmente saia de projetos e papéis e vá de encontro dos seus reais postulantes, os trabalhadores rurais.

Pensando assim então é factível desde que a reforma agrária em sua essência básica deverá muito mais do que fixar o homem no campo, trazerem seu bojo um enumerado de ações concretas através da educação fazendo com que o trabalhador rural além de possuir terra, possa também aprender e fazer uso das práticas modernas da agricultura atual, com isso então ter acesso a mercados

consumidores, negociando seu excedente produzido, visto já ter tido, espera-se, o suficiente para si e sua família.

Estaria então, a reforma agrária, além de dar condições dignas para o homem do campo, lhe tirando da extrema pobreza rural que assola nosso meio agrário hoje; dando-lhe uma casa onde ele possa sobreviver dignamente com sua família, e um local de trabalho sendo por isso uma política essencial da sociedade, mesmo sabendo que muitos assentamentos carecem de um mínimo de infraestrutura, tornando-se enorme a missão do fortalecimento da agricultura familiar

Visto sinteticamente a questão da reforma agrária e o acesso a terra, vamos agora analisar um dos principais sujeitos históricos deste processo, o MST.

2.3 O MST, OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A BUSCA DE NOVAS DINÂMICAS DE ACESSO A TERRA

Como a luta pela terra sempre foi um imperativo no Brasil desde o descobrimento como já vimos anteriormente, devido a isto os assentamentos rurais brasileiros originam-se de enormes lutas, implementadas¹ pelos trabalhadores rurais e seus movimentos sociais buscando em seu objetivo final uma diminuição do abandono do campo pelo homem rural, bem como lhes gerar uma renda compatível com suas necessidades, uma melhor oferta de alimentos oriundos da agropecuária, comercializando o excesso produzido, fazendo com isto então que o mesmo seja inserido na cadeia econômica, melhorando assim o bem estar de sua família juntamente com qualidade de vida proporcionada por esta nova realidade.

Como a luta para ter famílias assentadas e as pressões exercidas por movimentos sociais através de seus membros, ou sejam, os trabalhadores do campo excluídos pelo avanço da grande propriedade e baixo retorno econômico fazendo com que acabem desfazendo-se de sua pequena propriedade, migrando para as cidades, onde chegando lá, e na maioria das vezes, devido a sua baixa qualificação profissional terminam excluídos do mercado de trabalho local, tornando-se por conseguinte um novo trabalhador rural sem terra.

Vem através daí então, ao se aliarem aos seus outros pares, trabalhadores rurais e liderados pelos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores

¹ Guerra dos Canudos, por exemplo.

Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros o combustível para exercerem pressões no governo hora instalado, sejam por invasões (ocupações) de propriedades, e prédios públicos fazendo com isso abrirem negociações com o governo buscando terem suas necessidades atendidas de acesso à terra, bem como educação e saúde que nestas alturas já também se acham violados.

Ao discorrermos sobre o histórico político social das três últimas décadas, onde surgem vários movimentos sociais neste período, faz-se necessário comentar com mais veemência um deles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é a base deste breve estudo sobre assentamentos rurais, que é a luta pela terra, e seus desdobramentos que isto causará ao tentar mudar o panorama agrário existente até então.

Assim devido à organização política dos trabalhadores rurais culminando início da década de 1980, na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tornando-o conhecido nacionalmente, pela sua luta e modo de agir:

Outros eventos no início dos anos 80, acabariam por levar à constituição do MST, que reintroduziu agressivamente a “bandeira” da reforma agrária no cenário político brasileiro. Além, certamente, de várias outras formas de expressão organizacional mais regionalizadas, como movimentos de mulheres rurais, de agricultores ameaçados mais regionalizadas, como movimentos de mulheres rurais, de agricultores ameaçados pelo desenvolvimento de grandes obras públicas (como hidroelétricas), de pequenos produtores reivindicando acesso a políticas setoriais do Estado, entre outros (NAVARRO, 2006, p. 6).

Ao aglutinarem as reivindicações dos trabalhadores do campo em praticamente uma só voz de busca por seus direitos de acesso a terra, tem seu início mais precisamente na região sul do Brasil, e especificamente no Rio Grande do Sul, devido a está região ter uma história de participação política no cenário nacional e ao seu modo de organização trazido pela cultura europeia por seus imigrantes desde o século passado. Juntando-se a isto a proximidade com a Igreja Católica e com sua ala progressista denominada “Teologia da Libertação”, tendo vários de seus membros atuando e participando ativamente na fundação do MST, capitaneado por seu fundador e até hoje figura dirigente dentro das lutas sociais pela terra João Pedro Stédile, junto com mais fundadores.

O processo de modernização agrícola dos anos 70 integrou a maior parte dessas famílias aos diferentes circuitos econômicos e financeiros e, quando esgotados criou crescentes problemas de reprodução social, fazendo inevitável uma aliança entre o braço rural da Igreja Católica, representado pela comissão Pastoral da Terra (com seus medidores oriundos, precisamente, da agricultura familiar) e as nascentes organizações populares do período, como as entidades sindicais e os movimentos sociais como o MST (NAVARRO, 2006, p. 7).

A partir de sua organização e consolidação no sul do país, aos poucos foi organizando-se nacionalmente com uma vigorosa força de implementação que não poderia ser de outra forma, visto a mesma situação vivida pelo trabalho do campo no sul do país reproduziam-se em todo o país chegando a existirem regiões em um exponencial várias vezes piores de onde o movimento se iniciou, fazendo com isso levar então uma nova esperança de um futuro melhor aos camponeses que aderissem ao tal movimento.

Como o MST estava expandindo-se nacionalmente, a direção exercia um controle sobre os movimentos noutros Estados tomando o cuidado de colocar na maioria das vezes membros com formação no sul do país, de modo a garantir que não houvesse uma dispersão do seu objetivo original de “luta pela posse da terra”.

[...] mas, seu desafio principal é exatamente aquele derivado da razão mesma de sua existência isto é tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, onde o controle deste recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários (NAVARRO, 2006; p. 7).

Num segundo momento, talvez provavelmente por mudança de estratégias e/ou uma nova concepção de luta, as ações do movimento tornaram-se mais contundentes, mais ousadas, com a chegada de novos dirigentes com poder decisório que ascendem a direção, onde outrora haviam já dito anteriormente, líderes religiosos mais propensos a interlocução.

Uma segunda etapa ocorreu entre os anos 1986 e 1993. Neste período, as ações do Movimento gradualmente tornaram-se principalmente confrontacionais (simbolizado, inclusive, na mudança da consigna principal, que se era antes “terra para quem nela trabalha”, passou nessa segunda fase, para “ocupar, resistir, produzir”), com vários episódios de enfrentamento com policiais ou seguranças dos grandes proprietários, em virtude de uma nova orientação interna, que privilegiava esta tática de luta particularmente a partir da recusa dos agricultores sem-terras em submeter-se à direção incontestável assumida até então por mediadores da Igreja Católica. A partir dessa fase, portanto, inverte-se a relação entre os mediadores religiosos, os quais, se antes definiam a orientação geral do movimento passaram gradualmente a compor-se como quadros auxiliares da organização, o que apenas acentuou-se nos anos seguintes, quando

permaneceram na órbita do MST, apenas os quadros mais radicalizados do clero católico (NAVARRO, 2006, p. 9).

Nesta época de mudança de rumo e atitudes perante seus alvos de luta, o MST transfere sua sede que antes era no sul do país, para São Paulo visto que agora sendo um movimento nacional, o seu principal interlocutor passa a ser o Governo Federal.

Mesmo passando a usar métodos “radicais” aos olhos de grande parte da população, mas perfeitamente normal e legítimo para seus pares, é imperativo que seja reconhecido seus expressivos resultados na luta social que se propôs, pressionando os governos a atenderem suas demandas onde milhares de famílias foram assentadas pelo Brasil afora. Não falamos somente de assentamentos em si, mas também das causas benéficas que isto causou nas regiões onde ocorreram os assentamentos, ao trazerem consigo formas de desenvolvimento social, político e financeiro.

Dizemos social por agregarem políticas públicas, tais como saúde e educação, financeiro por injetarem recursos na economia local, via financiamentos oficiais bem como as relações de venda de alimentos que ali será produzida. Por último o desenvolvimento político do lugar, visto seus líderes serem politizados, não importando aqui, sua corrente ideológica, trazem então novas formas de pensamento e pressão, combativas contra os governos locais a fim de buscarem acessos as suas demandas, com isso então encorajando que pelo menos parte das pessoas tenham uma visão sobre o todo onde vive, e buscarem soluções através do debate político, inserindo-se nas eleições municipais, como militantes e até mesmo como candidatos.

São vários os casos, por exemplo, de regiões antes relativamente ‘adormecidas’, do ponto de vista econômico, mantendo raríssimas atividades produtivas e que se tornaram relativamente dinâmicas, impulsionadas pela presença de assentamentos que foram formados na área e, igualmente, com a chegada da organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, por um novo conjunto de agricultores- tornados dirigentes - municipais’,- que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas (NAVARRO, 2006 p. 15).

É neste sentido que fizemos a referencia das benesses que a região adquire ao serem materializadas as ações do ato de assentar um determinado número de

famílias, num novo e pré-determinado local, suplantando para melhorar o nível de vida regional que anteriormente ali existia.

Não podemos deixar de salientar que graças ao MST, a reforma agrária nunca deixou de sair do debate sobre as questões sociais estratégicas para o país. Cabendo a eles lembrar da urgência e necessidade de suas proposições evitando que o assunto caia no esquecimento por parte do Estado.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, mesmo tendo uma extraordinária força no mundo político nacional traz consigo dilemas e contrasensos, pois ao cobrarem uma posição democrática da sociedade e seus governos, ao contrário, conforme Navarro (2006) dentro de sua organização usam meios autoritários e antidemocráticos de escolha de seus dirigentes

b) como corolário, a prática política do movimento, ao longo dos anos, obedecendo à ortodoxa preferência leninista de sua direção principal, tem sido essencialmente não democrática, como antes enfatizado. Nenhum de seus dirigentes, por exemplo, submete-se a qualquer responsabilização interna(ou externa, diga-se de passagem), por não existirem tais canais de participação de prestação de contas e de responsabilização. Os dirigentes não são eleitos em nenhum momento público, mas escolhidos cuidadosamente pelos quadros mais altos, sob o critério principal da lealdade e submissão as diretrizes principais, que são obedecidas rigidamente sob pena de perda de posição na estrutura da organização (NAVARRO, 2006, p. 17 -18).

Esta colocação bem demonstra os meios pouco ortodoxos e democráticos do movimento, ao renovarem mesmo que timidamente seus quadros diretivos e para exemplificar um de seus dilemas, reproduzimos o autor novamente:

Haveria outra forma organizativa, que não centralizada, fundada na férrea disciplina, inclusive penalizadora dos “deslizes” que ferem o estatuto disciplinar do movimento? Uma estruturação interna democrática, por fim, não acabaria enfraquecendo o movimento e sua capacidade de luta social? Tais dúvidas a luz da história política brasileira, são certamente mais do que razoáveis e substantivas (NAVARRO, 2006, p. 19).

Infelizmente está mesma prática antidemocrática novamente aflora ao exercerem um controle sobre as famílias assentadas, dados estes que aos poucos vão surgindo através de resultados de pesquisas e entrevista sobre o mundo social dos assentamentos.

Desta forma, são cada vez mais conhecidos os diversos mecanismos utilizados pelos dirigentes da organização que tem a responsabilidade em uma determinada região sobre os assentamentos ali existentes. Mecanismos que não apenas submetem os assentados a sujeição através

do controle dos fundos públicos mas, muitas vezes, recorrem à mais aberta intimidação, inclusive física (NAVARRO, 2006, p. 20).

Ao modificarem-se as condições de vida no meio rural, para melhor, quer seja, por políticas sociais, novas formas de empreender o desenvolvimento rural, dinamizando suas atividades através da informação que bem mais rápido chega fazendo mudar seu modo de produção e com várias novas entidades e organizações com destaques as Organizações não Governamentais (ONGs), que são grupos sociais organizados, constituindo-se formal e autonomamente, sem fins lucrativos, caracterizando-se principalmente por exercerem ações de solidariedade na esfera das políticas públicas suprimindo ou complementando o trabalho do Estado. Ao realizarem um trabalho sério e abrangente, podem até mesmo fazerem uso legítimo do exercício de pressão política através da visibilidade do seu trabalho exercido.

Para exemplificar citamos o trabalho exercido numa das regiões mais pobres e desassistidas do Brasil, o Sertão nordestino, onde existe ONGs que arrecadam recursos e com ele constroem cisternas para armazenar a água das chuvas que muito raramente caem na região, amenizando, portanto a falta de água para o homem do campo que ali vive. Temos, portanto uma política social executada por organização não governamental, prestando auxílio e assistência onde o Estado não chegou ainda, ou complementando uma política pública para o lugar.

Mesmo com esses novos atores na luta pela terra, e como manter-se nela, não pode-se em momento algum desqualificar o trabalho do MST no campo social, mesmo com seus erros que cometeram, aos olhos de uns, de outros nem tanto. Torna-se necessário e urgente o uso de suas experiências de luta com o bom senso destes novos atores para junto buscarem uma solução, se existe, e não seja uma utopia, dos problemas do indivíduo rural em nosso país.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS

Neste capítulo, realizaremos, a segunda grande discussão teórica que embasa nosso TCC: a questão do desenvolvimento rural, a pequena propriedade e a dinâmica dos assentamentos agrícolas. Buscando completar a primeira reflexão, que versa sobre a acessibilidade à terra, aqui queremos explorar a questão da utilização da terra, uma vez conquistada.

Para isto, realizaremos duas discussões: Primeiro, focando o que seria a agricultura familiar e sua proposta de desenvolvimento rural. Em segundo vamos analisar a dinâmica dos assentamentos em função das políticas públicas de reforma agrária no decorrer do processo sócio histórico brasileiro.

3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Conceitua-se Agricultura Familiar quando o cultivo da terra realiza-se tendo mão-de-obra os membros da família, na pequena propriedade, contrastando com as grandes e médias áreas de terra que utilizam trabalhadores fixos, e, ou temporários.

Ela é de suma importância tanto no âmbito social como no econômico. No social como causa benéfica ao dar condições para que o homem rural tenha seu trabalho, moradia e sustento sem que seja preciso migrar para as cidades, e no econômico ao demonstrar todo seu potencial produtivo de produção de alimentos direcionados ao consumo, e gerando renda para sobrevivência. “A agricultura familiar ocupa, no Brasil, 80% dos que trabalham na agropecuária, o que significa cerca de 18% da população economicamente ativa ao país.” (GEHLEN; MÉLO, 1997, p.102) .

Verificamos então, quão importante é está atividade para o campo atualmente, frisamos agora que seu desenvolvimento é bem diversificado e flexível, permitindo assim um melhor aproveitamento e uma maior produtividade.

A agricultura familiar não raro é confundida com “produção de baixa renda” e ser seguidamente desprezado ao desfazerem os avanços e aumentos de produtividade alcançados pela produção agropecuária, que tanto produz e traz divisas para o país. Como acham que a agricultura familiar não tem peso no

desenvolvimento rural e econômico, terminam gerando um preconceito sobre o termo.

Não se trata de filigranas sociológicas, mas de um assunto decisivo para todos os que atuam na agricultura e se preocupam com o destino do meio rural. Enquanto perdurar a crença de que a agricultura familiar é, por definição, um tema de interesse puramente “social” e que sua expressão produtiva tende a ser desprezível, será difícil mudar a imagem de que o destino do campo é fatalmente o esvaziamento social (ABRAMOVAY, 1997, p. 37).

Assim a agricultura familiar enfrenta tensionamentos, enquanto forma alternativa ao latifúndio, e em seu processo de sobrevivência enquanto forma de desenvolvimento rural.

Seu dinamismo expressa-se também pelas iniciativas nas lutas e pela pressão na disputa por políticas agrícolas e sociais para atender suas necessidades e como reação do empobrecimento de parcela significativa de seus membros e à ameaça à sua continuidade (GEHLEN; MÉLO, 1997, p. 99).

Anseios e necessidades legítimos, que reivindica diante dos impasses e desafios gerados pela transformação da agricultura, em sua busca de modernizar-se, elevando a novas formas de produção e estratégicas para inserir-se na nova concepção de sua cidadania.

Frisamos ainda, nesta pequena caracterização conceitual da agricultura familiar que, está pode envolver dois segmentos diferenciados, os que se utilizam da tecnificação, com possibilidades de obter uma boa renda, e os que não têm acesso a isto e possuem uma produção de baixa renda, na figura do homem que vive no campo, sem estrutura alguma, ou políticas públicas que pudessem lhe auxiliar a reverter a situação em que se encontra, muitas vezes vivendo de agregado nas grandes propriedades, ou próximo a elas e nem se dando conta que é apenas uma reserva de mão de obra nas horas mais necessitadas desta mesma propriedade, e produzindo na terra apenas para tirar o seu sustento e de sua família.

Ao focarmos o desenvolvimento sócio histórico da agricultura familiar torna-se necessário que se olhe o social rural na sua formação e seus aspectos fundiários com sua organização produtiva e estrutural. Sendo que, devido as suas várias levas de migrantes, imigrantes de nacionalidades diferentes e até mesmo indígenas que aqui habitavam e ainda existentes em reservas, possui particularidades de diferenciem-se entre si.

A formação social e econômica do Sul do Brasil apresenta algumas particularidades quanto ao processo e aos resultados, que se pretende resgatar aqui, ainda que de forma sucinta, mormente aqueles relativos ao meio rural. A pressuposta presença de indígenas em toda a região, especialmente guaranis e kaingang – muitos dos quais ainda sobrevivem confinados em reservas – foi um fator que influenciou na sua formação social e na estrutura agrária, de forma diferenciada de acordo com a localidade (GEHLEN, MÉLO, 1997, p. 99).

Conforme Gehlen e Mélo (1997) podemos configurar as correntes do desenvolvimento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, quatro correntes definiram a ocupação territorial e social, sendo uma interna e três externas. A primeira, mais antiga, formou-se no próprio território, constituindo o que ficou conhecido como Missões ou missioneira, e teve seu ápice no século XVIII. Tem marcas das culturas indígena e européia, esta última através dos jesuítas. Este “casamento” propiciou experiências inovadoras e originais para a época, como a formação de mão-de-obra que depois foi transferida também para outras regiões, produzindo referências culturais que as mantiveram vivas ao longo do tempo, sendo ainda hoje paradigmáticas. Como podemos ver todas as imigrações, nativos, emigrantes deixaram até hoje marcas próprias, mas no nosso estudo de caso duas tiveram uma influência maior e bem distintas uma da outra. Enquanto a oriunda do continente europeu cinda pela sobra de mão-de-obra que lá havia devido sua recente industrialização, e aqui conseguiu reproduzir o objetivo do governo imperial que era produção de alimentos e industrial, formando portando uma vasta base de economia familiar e pequena propriedade, na serra gaúcha e mais tarde também no planalto médio. A segunda atingiu a campanha ou pampa, no sul-sudoeste, correspondendo a quase metade do território do Estado. Era parte do projeto oficial de consolidar fronteiras, sendo composta por senhores burocratas, militares de patentes, alguns “empresários”, aventureiros diversos (caçadores de fortunas e de mão-de-obra), “exilados” castelhanos, brasileiros e portugueses, fugidos de perseguições, degredados, prisioneiros, soldados e escravos. No convívio forçado com os aborígenes, os subalternos geraram o tipo social “caboclo”, que originalmente dedicou-se às culturas de subsistência nas fazendas dos pampas e, posteriormente, no final do século XIX, foi expulso, com o abandono deste tipo de atividade em razão do abastecimento vindo das colônias dos imigrantes e com a “revolução” no sistema pecuário através da medicina veterinária, de novas raças e do uso da cerca de arame nas fazendas. Adentrou as matas, deparando-se, não sem conflitos, com indígenas e intrusos ocupantes das “terras devolutas”. Aí recriaram sua forma de vida sincrética (cultura senhorial latifundiária com comunitária indígena) numa forma original de “sistemas de faxinais”, integrando extrativismo, pecuária e agricultura, esta combinada com a técnica do pousio. A segunda corrente migratória vinda do projeto original de consolidação das fronteiras, compostas por militares de patentes, desagregados, soldados, escravos, aventureiros etc. instalava-se no pampa gaúcho ocupando vastas extensões de terras gerando com isso imensos latifúndios que mais tarde além de pecuária extensiva, produziram a monocultura em grandes áreas, também. surge nesta fase o tipo caboclo, que vai caracterizar um segmento de agricultores pobres no país desde então. A terceira corrente, composta por açorianos, atingiu entre 1748 e 1772 o litoral e parte das terras já povoadas, próximas a Porto Alegre e, em direção ao centro do Estado, a Rio Pardo. Os açorianos foram assentados no âmbito de um projeto oficial de produção de alimentos no

Brasil, que tinha como base o modelo agrícola familiar, conhecido no norte de Portugal. Tal modelo seria complementar ao colonial exportador, então baseado nas minas, na cana e, posteriormente, no café. As terras ocupadas não eram adequadas à tecnologia da época e os açorianos não tinham familiaridade com a produção que lhes foi exigida, resultando insatisfatória a experiência do ponto de vista agrícola (embora bem-sucedida em outros aspectos, como artesanatos e criação de núcleos urbanos).

Esta fase caracteriza-se pela vinda dos açorianos, trazendo o modelo de agricultura familiar de Portugal, que, entretanto não conseguiu adaptar-se a realidade brasileira. Esse resultado levou o governo imperial a procurar uma alternativa, encontrando-a na mão-de-obra excluída pela seleção da força de trabalho resultante da industrialização em alguns países da Europa. Iniciou-se, assim, logo após a Independência, o quarto fluxo ocupatório, composto por imigrantes de economia familiar daqueles países. O objetivo continuava sendo implantar uma economia (rural, industrial e comercial) de tipo familiar (o que, desta vez, foi bem-sucedido), que contrabalançasse e complementasse o modelo tradicional de origem sesmaria. Os colonos imigrantes⁴ passaram a abastecer este mercado com alimentos in natura e industrializados artesanalmente, como bebidas (vinho, leite), erva-mate, utensílios, ferramentas e carroças (GEHLEN, MÉLO, 1997, p.100).

Como vimos então, aconteceram duas correntes, uma de imigrantes e outra de migrantes reproduzindo dois sistemas diferentes em duas regiões distintas, no modo de produção que até hoje ainda gera reflexos tantos no social como no econômico em seus habitantes locais.

Esse processo cristalizou uma distribuição de tipo dual (campanha e colonial familiar) no desenvolvimento agropecuário no Rio Grande do Sul e em parte do Paraná. No Paraná, corresponde às microrregiões de Palmas e de Guarapuava e, no Rio Grande do Sul, à região (o pampa) onde predominam grandes propriedades monocultoras com forte predomínio da pecuária extensiva, marcadas pela concepção latifundiária, ideologicamente excludente (por exemplo, defendendo a idéia de que somente esta produção é viável naquelas terras, falsidade já desmontada pelos empreendimentos capitalistas de vinho, arroz e pelos inúmeros assentamentos de reforma agrária que estão demonstrando a viabilidade do modelo social familiar de agricultura, diversificado com produção comercial inclusive de carnes e leite) (GEHLEN, MÉLO, 1997, p.101).

Esta viabilidade demonstrada sócia-historicamente corresponde a três fatores básicos.

É claro que esse dinamismo não depende de características supostamente “culturais” dos agricultores, mas sim de três fatores básicos: a base material com que produzem (extensão e sobretudo fertilidade das terras); a formação dos agricultores, fator que hoje ganha uma importância crucial; e o ambiente das instituições características de uma economia moderna – acesso diversificado a mercados, ao crédito, à informação, à compra de insumos e aos meios materiais de exercício da cidadania (escola, saúde, assistência técnica, etc) (ABRAMOVAY, 1997, p. 75).

Como fala Abramovay, não seria somente pela herança cultural dos imigrantes, mas é lógico que teve uma grande influência, e sim uma união de vários fatores e condições que ajudaram no seu desenvolvimento regional.

Ali onde, mal ou bem, estas três condições foram minimamente preenchidas assistiu-se ao florescimento de uma agricultura familiar, cujo importância econômica recentemente começa a ser avaliada. É o caso, em especial dos estados do Sul do país, de cuja agricultura familiar depende parte considerável da agroindústria: não é a Sadia nem a Perdigão que produzem os frangos e os suínos que serviram de âncora verde para o Plano Real e que trazem ao país mais de 1 bilhão de dólares em dívidas, mas sim dezenas de milhares de agricultores trabalhando fundamentalmente com mão-de-obra familiar (ABRAMOVAY, 1997, p.75).

Prosseguindo em nossa análise, podemos perceber que além da produção de alimentos, conforme nos demonstram os dados, a agricultura familiar é um setor que absorve bastante mão-de-obra dentro do seu foco de atuação, tendo um grande peso nos índices de população economicamente ativa do país.

A agricultura familiar ocupa, no Brasil, 80% dos que trabalham na agropecuária, o que significa cerca de 18% do PEA do país. O censo agropecuário de 1985 indicou que nos estabelecimentos rurais com área inferior a 50 hectares da região sul produziam-se 71,2% do feijão, 60% do milho, 89,7% da uva, 90,7% do fumo, 83,7% de suínos e 82,7% do leite. Essa forma de agricultura ocupava então cerca de 80% do pessoal residente na área rural da região (GEHLEN, MÉLO, 1997, p. 102).

Conforme dissemos anteriormente o povoamento da metade sul por migrantes militares, escravos, e outros, gerou um modelo de desenvolvimento completamente o oposto dos imigrantes que instalaram-se na metade norte do Estado. Como a economia foi gerada a partir da pecuária extensiva, e mais tarde a agricultura da monocultura também extensiva, terminou por geral imensos vazios improdutivos de baixa rentabilidade econômica, em comparação com áreas agroindústrias e de agricultura familiar desenvolvida, dinâmica e diversificada.

Este modelo de produção do latifundiário terminou gerando uma região empobrecida e excludente ao difundir um pensamento tradicional de que aquele modelo econômico vigente seria o único que daria certo na região, em detrimento de outros com maior alcance social, como a pequena propriedade produtiva. Com tudo isto, terminou com o tempo ocasionando uma demanda por emprego, visto a região não ser industrializada, e a produção extensiva alocar pouca mão-de-obra, gerando um tipo de agricultor familiar que sabia apenas cultivar a terra para a sua subsistência e eventualmente negociar ou fazer troca de algum excedente, mas

nada que lhe garantisse uma renda permanente, sendo ainda praticamente desprovido do acesso à educação, saúde, e assistência técnica ao qual é conhecido também na literatura como caboclo, que surgiu na segunda corrente de ocupação de nosso solo.

A atividade econômica tradicional do caboclo é a agricultura de subsistência, por ele considerada meio de reprodução biológica, social e cultural, mas que tem fraco poder de inserção econômica e política na sociedade global. Historicamente o caboclo permaneceu fracamente vinculado aos mercados seu contato foi apenas o necessário em negócios eventuais – e isolado pela ausência de vida social. Seu significado econômico (mesmo quando residindo próximo de cidades) nunca foi reconhecido e até hoje as portas de acesso dos mercados, aos bens culturais e aos poderes de decisão continuam fechadas para ele. Isto torna difícil, senão impossível, transforma-se em agricultor familiar empresarial moderno, pois “os caboclo” têm muitas vezes uma história de agricultor sem terra itinerante e submissão pessoal aos proprietários fundiários, que contrasta com o estatuto originário da pequena propriedade pecuária (GEHLEN, 2004).

Prosseguindo em nossa análise, conforme vimos anteriormente com a diversificação de culturas, com plantio, de soja, milho, pastagens artificiais, hortigranjeiros, suinocultura, avicultura, leite, erva-mate, fumo, videiras e cooperações e integração com cooperativas e agroindústrias regionais trazem resultados altamente positivos. E mesmo produzindo cooperativamente, em hipótese alguma os agricultores familiares deixaram de produzir para sua subsistência alimentar, e ao negociarem seu excedente acabam interagindo com a agroindústria da cooperativa ou privada, que é a mesma que muitas vezes emprega sazonalmente e até em tempo integral o excedente de mão-de-obra familiar.

Como vimos às várias correntes históricas de ocupação deixaram vários tipos e formas de produzir e ocuparem a terra que norteiam-se por herança cultural dos imigrantes e também pelos nativos que aqui habitam, e por adaptação do modo de produzir.

Todas as formas de produzir são válidas cada uma a sua maneira, mas isto não quer dizer que não se possa buscar outros meios que facilitem e deem mais renda para quem produz, por isso todos os modelos tem a sua importância e merecem atenção.

Portanto as políticas públicas para o setor rural que abrangem o homem do campo, não devem ser homogêneas, justamente por causa da heterogeneidade da

questão, inclusive da agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento rural.

Mesmo com todas as dificuldades que lhe são impostas por alteração climática, falta de estrutura, planos governamentais sem continuidade por razões políticas, importações subsidiadas por outros países, mesmo assim a agricultura familiar demonstra ter uma importância estratégica no cenário nacional.

Segundo o último Censo Agropecuário, a agricultura responde por 37,8% do valor bruto da agropecuária, e a Secretária de Agricultura Familiar diz que aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, respondendo a 77% da população ocupada na agricultura.

O Censo Agropecuário de 2006 informa que 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares, tendo 4,4 milhões de unidades produtivas e metade delas está na região nordeste. Mesmo representando 84,4% dos estabelecimentos rurais, ocupavam apenas 24,35% (82,5 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ao mesmo tempo os estabelecimentos não familiares eram 15,6% total ocupando 75,7% da sua área.

Por si só, os dados demonstram a força da agricultura familiar, apesar da pouca área que dispõem.

O setor rural brasileiro sofreu profundas transformações tecnológicas, nas últimas décadas, tais como mecanização agrícola, fertilizantes químicos, pesquisas agronômicas e pecuárias através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), irrigação artificial, capacitação de técnicos e muitas outras, tudo isto para aumentar a produção agropecuária. Mas todas estas ferramentas precisam serem disseminadas democraticamente à todos que vivem e tem na terra o seu trabalho inclusive os que não a possuem mas tem vontade de tê-la. Por isso faz-se necessário políticas públicas de desenvolvimento rural para superarmos a imensa desigualdade social que existe no âmbito rural começando e lógico por uma política responsável, pontual e continuada de acesso a terra para quem dela necessite.

Ao definirem as políticas públicas para o meio rural torna-se necessário haver uma diferenciação de grupos a que se destina, pois como já comentamos existe uma diferenciação econômica e cultural entre os tipos de agricultura familiar, de modo que se possa superar essas desigualdades de forma diversificada, até que os dois grupos tenham o nível para acessarem a mesma política pública.

Mesmo sob a aparência da igualdade (DAHRENDORF, 1992) as chances de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm o poder de decisão sobre as condições necessárias. Para aproveitar as oportunidades. Por isso, políticas públicas com interesse social de beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para a superação das desigualdades, sendo que, dos poucos, essa 'vantagem' em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária. O tema das quotas em moda no discurso de militantes e de políticos, se enquadra nessa perspectiva (GEHLEN, 2004, p. 96).

Por isso espera-se do Estado uma atividade mais protetora e indutiva nas camadas mais empobrecidas da população rural, aplicando políticas públicas descentralizadas, mais voltadas ao nível regional e local, com seus gestores sendo regionais, por conhecerem de perto a região e suas necessidades e diferenças, e capacitá-los no modo de aplica-las.

3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ASSENTAMENTOS

Com a abertura política dos anos 80, as diversas categorias de trabalhadores começam a articularem-se e reivindicarem interesses que há muito desejavam, mas encontravam-se sufocados pelo regime militar que perdurou por mais de 20 anos, deu-se o início do período democrático com a eleição de Tancredo Neves, que não assumiu por ocasião de sua morte, assumindo então José Sarney.

Setores como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifestavam-se contra baixos salários e o desemprego. Enquanto isso os trabalhadores do campo também exigiam através do MST, do PT e da CPT: Política Agrícola, Reforma Agrária e Democracia.

Ao ver que se formavam fortes e violentos conflitos no campo, o governo Sarney para tentar acalmar os ânimos lança o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tentando estabelecer um pacto social que desse tempo para melhor lidar com a questão. Conseguiu isto sim, provocar resistências e aglutinação de forças entre a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a recém criada União Democrática Ruralista (UDR), sendo está o principal porta voz destes setores.

Diante da forte resistência e pressão dos latifundiários houve um recuo para reestabelecer à tranquilidade nestes setores contrários a reforma agrária como se apresentava, por parte do governo Sarney.

Estas organizações digladiavam-se com o MST e órgãos do governo como Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), sobre os conceitos das palavras “produtiva” e “improdutiva”, que era a tônica da questão de ser passível ou não a desapropriação das áreas para fins de reforma agrária.

Ao mesmo tempo o governo buscou seu desenvolvimento através da especulação financeira e exportação de produtos primários em busca de divisas para o país privilegiando as grandes áreas para a produção agropecuária, recebendo reações contrárias pelo MST.

O maior obstáculo a reforma agrária veio das ações do Estado, calcadas num modelo de desenvolvimento que atribuiu um lugar estratégico à especulação financeira e à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país (PALMEIRA, 1994, p. 64 apud GONÇALVES, 2007, p. 185).

Sem recursos, pouca coisa fez o governo, ocasionando um desmonte da reforma agrária pretendida, e como consequência a inversão do projeto inicial do 1º PNRA.

Os assentamentos que houveram, foram implantados em grandes áreas de colonização agrícola no centro oeste e norte do país e nas áreas de maior tensão social como no Bico do Papagaio, local de vários conflitos e assassinatos.

Veio o Governo Collor (1989-1992) que criou o Programa da Terra, como meta fazer assentamento de 400.000 de famílias em quatro anos de vigência de seu governo. Apenas amenizou onde haviam mais tensões, e tendo problemas políticos não terminou seu mandato sendo substituído por Itamar Franco, seu vice-presidente.

Assumindo a presidência sem qualquer proposta para o setor demandante da reforma agrária, terminou sendo outro governo que apenas atendia esporadicamente as regiões de maior tensão, tendo em seu currículo apenas a boa disposição do diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ao menos arrefeceu o ímpeto do movimento.

Como estabelecia um cenário cada vez mais problemático e sem solução aparente, o governo seguinte, Fernando Henrique Cardoso ai sim apresentou um projeto de reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar com vistas ao fortalecimento da segurança alimentar.

No governo Fernando Henrique é descoberto o Pontal do Paranapanema em São Paulo, pelo MST, região de grandes áreas ocupadas por fazendas onde a maioria dos donos não tinha a titularização da área, e também por se tratar do Estado mais rico da federação, atraindo toda a atenção da mídia e opinião pública para o conflito.

A importância desta região se deve também do fato de que a presença do MST ali reacendeu outra força política, que permanecia discreta até então: a união democraticamente ruralista. Ambas as forças na região, a exemplo do que ocorria no restante do Brasil, acabaram politizando a luta pela terra, antes de tudo o porque “as várias instâncias do Estado – executivo, legislativo e judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária geradora de conflitos e de violência no campo”. Também “os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais (COLETTI, 2002 apud GONÇALVES, 2007, p. 187).

Devido ao crescente interesse e exposição do conflito que gerava, o MST concentrou suas ações preferencialmente naquela região, até que no segundo mandato de Fernando Henrique no ano de 2001 as invasões foram bruscamente interrompidas pela judicialização da luta pela terra.

No segundo mandato do governo FHC de 1999 à 2002 lança-se o documento Agricultura Familiar, de reforma agrária e desenvolvimento local por um novo mundo rural do INCRA de 1999, tornando possível as administrações das prefeituras ganharem importância na gestão de políticas de assentamentos. Como podemos notar em Gonçalves:

A partir do “novo mundo rural” foram implementadas medidas com vistas à descentralização administrativa, atribuindo competência aos estados e municípios e buscando adequá-la à lógica do mercado. A União implementou uma série de medidas provisórias, decretos, leis complementares, portarias com vistas a “delegar aos estados, mediante convênio, poder para que realizassem cadastramento, vistorias, avaliações e outras atribuições referentes à reforma agrária, até então exclusivas do poder federal” (ALY JÚNIOR, 2005, p. 5 apud GONÇALVES, 2007, p. 192).

A utilização disto pode ser claramente notada no decorrer de nossa pesquisa na qual um dos assentamentos é criado em 1991 pelo Governo Federal e o outro em 2001 pelo Governo do Estado. Ou seja, a descentralização da reforma agrária é claramente notável.

Já no governo 2003 no primeiro mandato do presidente Lula ainda segundo Gonçalves:

O governo Lula não fez grandes alterações no que diz respeito à perspectiva de reforma agrária. Ao assinar os acordos com o Fundo Monetário Internacional logo no início do mandato e ao preservar o Banco da Terra, o governo Lula dava sinais de que não cumpriria sequer a meta relativa à implantação de assentamentos rurais. Para o ano de 2003, o governo havia assumido o compromisso de assentar 60.000 famílias e o saldo final mostrou que somente 10.000 famílias foram beneficiadas com esta política. Ao contrário dos engajamentos de mudança feitos em seu programa, o governo Lula deixou intacto o modelo neoliberal herdado dos anos 90 (GONÇALVES, 2007, p. 186).

E nos diz ainda:

Neste terreno o governo Lula em quase nada se diferenciou de seus antecessores. Em novembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançaram o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) cujas metas foram apresentadas como “a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil” que beneficiaria “mais de 1 milhão de famílias” e criaria “mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados”. Na apresentação do II PNRA, assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e pelo Presidente do Incra, Rolf Hackbart, no novo modelo de reforma agrária tanto os atuais como os novos assentamentos “contarão com assistência técnica e acesso ao conhecimento e às tecnologias apropriadas”. Além disso, visando às potencialidades regionais e ao comprometimento com a sustentabilidade ambiental, por intermédio do plano “uma estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas para os assentados e para a integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial (ROSSETTO & HACKBART, 2003, p. 5 apud GONÇALVES, 2007, p. 194 - 195).

Os governos analisados acima configuram um processo histórico que nos permite visualizar como e porque a política fundiária do Brasil se encontra no Estado atual. A reforma agrária é algo claramente necessário no país, apesar de cada dia mais se demonstrar como assunto comum no qual atualmente muito é discutido e pouco é feito.

Nos governos de regime democrático, os assentamentos se transformaram em uma política de números como resposta às pressões dos movimentos sociais revelando ser “politicamente relevante que a bandeira política da reforma agrária esteja nas mãos do poder, mostrando que está fazendo o possível, mas que de fato, nada altera na estrutura agrária e nos mecanismos de exclusão social (FILHO, 2001, p. 195 apud GONÇALVES, 2007, p. 189).

Falta-nos também uma integralização maior entre a questão fundiária, a reforma agrária e as políticas de assentamento no país, que são elementos vistos por muitos como coisas distintas e separáveis apesar de claramente complementares. Que conforme Gonçalves cita:

Nas várias ações governamentais, quaisquer que sejam as esferas, não há equivalência entre políticas de assentamentos e reforma agrária. As primeiras têm sido implementadas com vistas a esvaziar a possibilidade da segunda, o que levou Stédile a declarar que “fazer assentamentos de famílias sem-terra não significa necessariamente fazer reforma agrária” cujo objetivo é a democratização da estrutura fundiária (Stédile & Fernandes, 1999: 159). A implementação dos assentamentos se assemelha a uma política de assistência social que permite “se livrar do problema dos sem-terra e não resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.159 apud GONÇALVES, 2007, p. 190).

Em algumas visões de governos democráticos confundem-se as políticas de assentamento com os conflitos que ocorrem com o Movimento Sem Terra de modo a tentar conter em parte o avanço tecnológico da modernização que acaba por nos impor novas políticas em diversos assuntos. Como cita Gonçalves:

As políticas de assentamentos terminam por **neutralizar os movimentos sociais para controlar o conflito** e, de acordo com Carvalho Filho, “quando muito, compensar em parte os efeitos da chamada modernização, efeitos esses considerados inexoráveis, tudo isso, com o menor custo possível e de acordo com imposições aceitas pelo país, conseqüentes de acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional” (FILHO, 2001, p. 195 apud GONÇALVES, 2007, p. 190 – grifo do autor).

O panorama histórico exposto acima nos possibilita ter uma visão ampla da necessidade de trabalhos nessa área em seus aspectos social, histórico, político e cultural. Nos mostra a necessidade de estudar essa realidade adversa que integra nosso país e que contribui significativamente para a dinâmica da agricultura e agropecuária nacional como já visto e citado em outros capítulos.

4 CONHECENDO A REALIDADE PESQUISADA

Neste capítulo vamos apresentar de forma detalhada quatro tópicos: (i) a apresentação de nosso problema e hipótese de pesquisa; (ii) os aspectos metodológicos que norteiam nossa pesquisa e a metodologia específica utilizada para a coleta e análise dos dados, a (iii) descrição de nosso objeto de pesquisa e a (iv) apresentação dos dados da pesquisa realizada, discutindo a partir deles nosso problema e as respectivas hipóteses.

4.1. Problema e hipótese de pesquisa

O problema de pesquisa é central para o processo investigativo, pois se caracteriza enquanto o centro condutor da pesquisa. O elemento que permite objetivar o que se busca conhecer e ao mesmo tempo permite padronizar a construção e sistematização da pesquisa e do TCC em todos os seus momentos.

Conforme Lakatos e Marconi (2007, p.128), “O problema, assim, consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível, operacional, cujo melhor modo de solução é uma pesquisa ou pode ser resolvido por meio de processos científicos”.

Assim nosso problema de pesquisa foi formulado da seguinte maneira:

Qual o impacto de viver em assentamentos dos sem terra para o desenvolvimento sócio- econômico do produtor rural?

Ele busca explorar as duas dimensões constitutivas de centrais de nossa pesquisa: a dimensão do impacto na vida em assentamentos, se é positiva ou negativa, ou seja se o retorno sócio - econômico é satisfatório ou não para a vida do assentado e a dimensão do objeto, ou seja assentamentos dos sem terra, a saber dois assentamentos em específico, dos quatro existentes em São Borja: o assentamento Cristo Redentor, realizado pelo Governo Estadual e o assentamento Cambuchim, realizado pelo Governo Federal.

Quer, então, relacionar duas variáveis: o processo de assentamento, levando em conta, as condições, objetivos e o público alvo e os resultados obtidos a partir do desenvolvimento das atividades agrícolas dentro do assentamento.

Para buscar, orientar as possíveis respostas ao nosso problema formulamos uma hipótese de trabalho. As hipóteses são fundamentais, como forma de orientar a compreensão da realidade a partir do contraste entre uma suposta resposta e a resposta encontrada após o processo de pesquisa empírica.

Conforme Lakatos e Marconi (2007, p.129-130): “Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta “suposta, provável e provisória”, isto é, uma hipótese”. Ambos, problemas e hipóteses, são enunciados de relações entre variáveis (fatos, fenômenos); a diferença entre reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada.

A partir daí, podemos apresentar nossa hipótese central de que o impacto causado na vida social nos assentamentos para o desenvolvimento socioeconômico, que se materializaria em ter moradia saúde, lazer e condições de trabalho compatíveis com suas necessidades, do produtor assentamento ali residente, é muito pequeno devido ao baixo retorno econômico, que se evidencia provavelmente pelos seguintes fatores:

1. Falta de experiência anterior nas atividades agrícolas
2. Falta de uso de tecnologia agrária disponíveis
3. Tamanho da propriedade

1) A falta de experiência se caracteriza sob aspectos que são:

A. A escolha das culturas que serão implantadas, pois é culturalmente instituído o produtor querer produzir monoculturas (trigo, soja, arroz, milho), sendo que estas exigem máquinas de altíssimo custo, sendo necessário áreas maiores para o fim de diluir e viabilizar seu custo quando da aquisição. O produtor poderia implantar outras culturas que não lhe exigisse tanto maquinário específico e com um melhor valor agregado.

B. A escolha dos animais para sua produção, pois ao investir em animais de baixo valor genético, conseqüentemente terá um menor retorno de produção, sendo que o custo inicial poderá ser mais elevado, mas futuramente seu retorno será maior, quer na produção de leite, ovos ou carne. Está lógica vale tanto para bovinos, como suínos, ovinos, caprinos e aves.

C. E por fim postulamos que por não saberem ou não terem uma orientação adequada no uso do crédito de financiamento existente, terminam por endividarem-se e não poderem mais fazer uso do mesmo.

2) A falta de tecnologia agrária caracteriza-se por três aspectos também:

A. A ausência de projetos de irrigação nas propriedades, sendo hoje uma ferramenta indispensável devido ao nosso clima instável, levando muitas vezes a perda total na produção. Ausência de maquinários modernos que lhes dinamizem o serviço na propriedade.

B. Não ter acesso às correções e adubação do solo que são fatores primordiais para uma boa produção.

C. Falta de assistência técnica que lhes oriente ensine e viabilizem projetos que se implantados lhes garanta retorno econômico, sendo que esta falta, está intimamente ligado a falta de uso das assertivas anteriores.

3) O tamanho da propriedade

A. Ao ser pequeno ficam restritas as opções para implantação de culturas que exigem uma área maior. Tendo que dedicar-se assim uma parte da área ao reflorestamento ou somente para monocultura como é muito usada, e ainda assim futuramente será um transtorno ao fracioná-la com seus filhos, gerando possivelmente um novo agricultor sem terra por não ter área para o mesmo.

4.2. Aspectos Metodológicos

Para podermos, dar conta do problema e hipótese apresentado, buscando apreender a realidade de dois assentamentos realizados no município de São Borja de forma científica, vamos utilizar métodos e metodologias nítidas e objetivas que permitam compreender a dinâmica da realidade pesquisada.

Neste sentido, compreendemos o método, como a forma organizada de responder a pergunta do como comprovar a hipótese, ou seja, de que maneira efetiva, vamos comprovar, ou não as supostas respostas ao problema de pesquisa.

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo- conhecimentos válidos e verdadeiros-, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.83).

Desta maneira, nos utilizaremos, nesta pesquisa de elementos do método comparativo, para poder a partir da experiência concreta dos dois assentamentos verificar nossas análises e produzir uma análise que de conta não somente de uma

situação, mas de duas que parte de semelhanças e diferenças, a partir de uma mesma base: o assentamento rural. Conforme Lakatos e Marconi (2007, p.107):

Empregado por Tylor. Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para as comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

Assim a partir deste método, vamos analisar o possível impacto do assentamento na vida dos assentados, a partir de duas realidades que tem uma semelhança estrutural: são assentamentos de sem terras, localizados no município de São Borja, mas que também possuem diferenças, como veremos mais abaixo, bem acentuadas: agente estatal que implantou o assentamento, localização, tamanho do lote, origem dos assentados e etc.

Vamos buscar comparar duas realidades de grupos na realidade presente, para perceber a partir de suas possíveis dinâmicas diferenciadas como a dinâmica geral da vida em assentamentos rurais dos sem terra se configura.

4.2.1. Técnicas de pesquisa e análise

Para buscar responder nossa hipótese, a partir o método comparativo, vamos utilizar como técnica principal de nossa pesquisa o questionário semi-estruturado². Um instrumento que busca captar de forma objetiva as impressões dos assentados, formulado para testar nossa hipótese.

De acordo com Lakatos e Marconi: “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (2007, p. 203).

Assim nosso instrumento de pesquisa, o questionário, foi estruturado com perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha, que totalizaram 23 questões, distribuídas em quatro blocos analíticos:

I – Perfil do assentado (chefe de família)- O bloco I, composto por 08 perguntas, tem o objetivo de obter informações dos assentados sobre o seu perfil a

² Apêndice 01

partir dos seguintes dados: origem, o que fazia antes de ser assentado, número de dependentes familiares, renda média familiar por mês, escolaridade, principal atividade e se efetuava trabalhos remunerados fora da propriedade. Desta forma buscamos informações para delinear um perfil médio do assentado em cada lugar pesquisado, para sabermos quem é este e qual a sua situação sócio- econômica.

II – Objetivos e condições de implantação da propriedade – O segundo bloco, composto por 03 perguntas, tem como objetivo obter informações sobre: o objetivo principal do assentado, se ele teve acesso ao crédito rural e se atualmente tem acesso ao crédito. Assim obtivemos informações sobre a motivação em ser assentado naquele lugar e quais as condições econômicas para isto.

III – Dos resultados e sua explicação- O bloco três se subdividiu em quatro blocos. O primeiro com 02 perguntas buscava informações sobre: se o retorno econômico que o assentado tem após pagar todas suas despesas e ao que se devia esse retorno. Nosso objetivo era perceber o tipo de retorno econômico do assentado e qual o fator que gerava tal retorno.

III.I – Fator tamanho da propriedade – O segundo é composto por uma pergunta e tem como objetivo obter informações sobre: se o tamanho da terra é suficiente. Neste bloco iniciamos a discussão sobre um dos fatores explicativos de nossa hipótese central: do pequeno retorno socioeconômico.

III.II – Fator Tecnologia – O terceiro é composto por 03 perguntas e tem como objetivo obter informações sobre: se o assentado possuía os equipamentos necessários para uma boa utilização da terra. Se possuía assessoria técnica de irrigação e se possuía acesso a tecnologia de correção e adubação de solo. Continuando a discussão sobre as hipóteses, buscamos informações para testar o segundo fator explicativo: o acesso ou não a tecnologia.

III.III – Fator Experiência – O terceiro é composto por 03 perguntas tem como objetivo obter informações sobre: se o assentado possui experiência anterior na produção agrícola, se a sua experiência foi útil para o desenvolvimento de sua produção e qual o elemento foi mais útil a partir de suas experiências anteriores. Neste bloco testamos o terceiro fator explicativo de nossa hipótese, a questão da experiência anterior do assentado.

IV – Das expectativas – O bloco 4 composto por 03 perguntas e tem como objetivo obter informações sobre: se o assentado acreditava que já tinha atingido seus objetivos, o que o assentado considerava que deveria ser feito para melhorar

os assentamentos e se o mesmo considerava que este contribuiu para o desenvolvimento da zona rural do município. Neste último bloco, obtivemos informações sobre a questão do impacto de ser assentado nos lugares estudados a partir das expectativas dos entrevistados. A elaboração do instrumento acima observou um conjunto de normas metodológicas em relação ao seu tamanho.

O questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações. Deve conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido. É claro que este número não é fixo varia de acordo com o tipo de pesquisa e dos informantes. (LAKATOS; MARCONI 2007, p. 205).

Também observamos as seguintes categorias de perguntas:

a) Perguntas abertas. Também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões. Possibilita investigações mais profundas e precisas; entretanto, apresenta alguns inconvenientes: dificulta a resposta ao próprio informante, que deverá redigi-la, o processo de tabulação, o tratamento estatístico e a interpretação. “A análise é difícil, complexa cansativa e demorada” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 206).

b) perguntas fechadas ou dicotômicas. Também denominadas limitadas ou alternativas fixas, são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções sim e não. Este tipo de pergunta embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação; as respostas são mais objetivas (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 207).

c) Perguntas de múltipla escolha. São perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto- perguntas com mostruário (pergunta leque ou cafeteria). As respostas possíveis estão estruturadas junto à pergunta, devendo o informante assinalar uma ou várias delas. Tem a desvantagem de sugerir respostas. (Explicitar, quando se deseja só uma resposta) (LAKATOS; MARCONI; 2007, p. 209).

Desta maneira configuramos nosso questionário de pesquisa que foi aplicado nos dois assentamentos para efeito de comparação. Em relação à amostra utilizada, trabalhamos com uma amostra aleatória configurada da seguinte maneira:

TABELA 1

Assentamento	Nº		Famílias	
	famílias assentadas	%	entrevistadas	%
Cambuchim	30	1,00	16	53,33
Cristo Redentor	15	1,00	11	73,33
Total	45	1,00	27	60,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Do total de 100% da população dos assentamentos, entrevistamos 60%. No assentamento Cambuchim, trabalhamos com uma amostra de 53,33% do conjunto geral da população. Já no assentamento Cristo redentor, entrevistamos 73,33% do conjunto geral. Como a amostra é reduzida a menos de 100 casos, as grandezas se equiparam automaticamente para efeito da comparação. Salientamos que a amostra é reduzida, seu poder de generalização também é reduzido, assim os dados encontrados, servem somente para retratar a realidade neste momento e para estes assentamentos.

Utilizaremos para a análise dos dados dois procedimentos: o software SPSS (Science Personal Statistic Social) versão 17.0 que nos proporcionará as tabelas tabuladas e a análise temática, que tendo o tema como unidade analítica, nos permitira aglutinar as respostas a partir dos temas propostos pela hipótese: tamanho da propriedade, tecnologia e experiência anterior, produzindo assim possíveis conclusões que não percam ou excluam informações importantes. Tal recorte permite flexibilidade e agilidade no tratamento dos dados.

Vamos agora, conhecer a realidade encontrada, a partir da exposição dos dados da pesquisa e sua relação com nosso problema e hipótese. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³ o que demonstra nossa consideração com a utilização da pesquisa e preocupação com os procedimentos éticos.

³ Apêndice 02.

4.3 Conhecendo nosso objeto de pesquisa

TABELA 2

	Cristo Redentor	Cambuchim
Data de Fundação	8-12-1991	01-11-2001
Promovido por	Governo Estadual- Gestão Alceu Collares	Governo federal- Gestão Fernando Henrique Cardoso
Área Hc	255Hc	600,63Hc
Distância da sede do município	6 Km	39 Km
Lotes	17Hc	19Hc
Área de Preservação	Não tem	29,51Hc (margem do rio Uruguai)
Impactos Ambientais	Aviação Agrícola, Princípio de erosão.	Falta de mata nativa, princípios de Erosão
Origem das famílias	Erval Seco, Redentora e Criciumal.	Constantina, Santiago, Ametista do Sul, Ronda Alta, São Borja, São Miguel das Missões e Redentora.
Educação	Alfabetizados, 1º grau incompleto, alguns 2º grau incompleto. Crianças estudam na escola localizada em São Miguel	Alfabetizados, 1º grau incompleto, alguns 2º grau incompleto crianças estudam na escola junto a FEPAGRO.
Água	Água encanada e alguns com poços de balde com bomba de recalque	Água encanada e alguns com poços de balde com bomba de recalque
Energia Elétrica	Todos possuem	Todos Possuem
Transporte Público	Várias vezes ao dia	Uma vez ao dia
Atividade Produtiva	-Leite	-Leite

	- Soja, milho, trigo, pastagens artificiais	-Soja, milho, trigo, pastagens artificiais
	-Lavoura de subsistência	-Lavoura de subsistência
	-Criações subsistência e venda do excedente (avicultura, suinocultura)	-Criações subsistência e venda do excedente (avicultura e suinocultura)
	-Hortifruticultura para subsistência e venda	-Hortifruticultura para subsistência
Carências	-Assistência técnica	-Assistência técnica
	-Correção do solo	-Correção do solo
	-Falta recursos financeiros	-Falta recursos financeiros
	-Tecnologia agrícola	-Tecnologia agrícola
	-Estradas	-Estradas

Fontes: Pesquisa de campo 2013, dados subsidiados por Odacir Decol- Técnico Agrícola- EMATER- Relatório Diagnóstico Marco Zero. Andréa Lencina Balbuena - Extensionista EMATER- Relatório Diagnóstico Marco Zero 2006.

Conforme a tabela II o assentamento Cristo Redentor fundado em 8 de dezembro de 1991 na gestão do governador Alceu Collares com uma área de 255Hc localizado a 6 Km da sede do município, tendo subdividido-se em lotes de 17Hc , perfazendo-se 15 lotes, onde assentaram-se famílias que moram e produzem no local. E o assentamento Cambuchim fundado em 1º de novembro de 2001, dez anos depois, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo, portanto uma iniciativa federal, com uma área de 600,63Hc localizado distante 39 Km da sede do município, e subdividiu-se em 30 lotes com área de 18 a 19Hc, estando todos eles como assentados morando e produzindo no local. Portanto tendo os dois assentamentos como objetivo básico de assentar famílias e dar-lhes oportunidades de produzirem para seu sustento e também para a sociedade mediante a venda de sua produção, garantindo-lhes então uma independência financeira e nova perspectiva de vida.

Mesmo tendo objetivos comuns os dois assentamentos tem algumas peculiaridades diferente um do outro. Enquanto o Cristo Redentor encontra-se perto da cidade, o Cambuchim situa-se longe. O que terminará por afetar a renda das famílias bem como os produtos ali produzidos conforme veremos adiante.

As áreas dos lotes e tipos de solo dos dois são praticamente idênticas, o Cristo Redentor possui 12 Hc por lote e o Cambuchim 19 Hc, sendo que nestes locais os dois sofrem um princípio de erosão nas áreas, sendo que o Cambuchim ressurte-se da falta de mata nativa e o Cristo Redentor tem problemas com a aviação agrícola devido a sua proximidade com campos de aviação, sendo estes seus problemas de impactos ambientais.

A grande maioria das famílias é oriunda do meio rural, enquanto todas do Cristo Redentor vieram da região Alto Uruguai, das cidades de Erval Seco, Redentora e Criciumal.

Conforme Balbuena e Decol (2006):

As terras dos dois assentamentos são praticamente idênticas em termos de topografia e fertilidade, sendo ambas aptas para culturas anuais de inverno e verão, pastagens artificiais, parte delas com pequenas porções de várzeas e campo nativo.

Em ambas existem uma boa disponibilidade de água, tanto naturais como artificiais, obtidas através da perfuração de poços artesianos. Após esta breve caracterização de nosso projeto de pesquisa vamos discutir o problema e a hipótese.

4.4 Discutindo o problema e a Hipótese: dialogando com os dados

Bloco 1 – Perfil do assentado (chefe de família)

Tabela 3 – Qual a sua origem?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	São Borja	7	43,75
	Outra cidade	9	56,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Outra cidade	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Conforme a tabela 3 podemos inferir que os dois assentamentos pesquisados tem uma dinâmica diferente em relação à cidade de origem do

entrevistado. No assentamento Cambuchim percebemos que 56,25%⁴ são de outra cidade: Ametista do Sul, Candelária, Constantina, Erechim, Passo Fundo, Santo Antônio, Santo Ângelo entre outras e 43,75% são naturais de São Borja. Já no assentamento Cristo Redentor todos são de fora do município, a saber: Redentora, Três Passos Criciumal e Erval Seco.

Isto nos permite compreender que temos assentamentos bem diferenciados entre si em relação à biografia dos assentados e também que no conjunto dos assentamentos pesquisados é acentuado o percentual de imigrantes.

Tabela 4 – O que você fazia antes de ser assentado?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Agricultor	7	43,75
	Empregado rural	3	18,75
	Outra atividade	6	37,50
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Agricultor	8	72,73
	Empregado rural	2	18,18
	Outra atividade	1	9,09
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Conforme nos demonstra a tabela 4 em relação ao Cambuchim 43,75% dos assentados já possuíam experiência anterior na agricultura, 18,75% eram empregados rurais e 37,5% exerciam outra atividade, entre as quais se incluía: domador de cavalo, doméstica, estudante entre outras. Já no Cristo Redentor 72,73% dos assentados eram agricultores, 18,18% eram empregados rurais e 9,09% exerciam outra atividade.

Tabela 5 – Quantos dependentes familiares você possui? (que moram na propriedade rural)

⁴ Na presente análise de dados estamos trabalhando com as perguntas em sua ordem colocada no questionário e não ordenadas do maior a menor

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	De 1 a 3	11	68,75
	De 4 a 6	5	31,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	De 1 a 3	2	18,18
	De 4 a 6	7	63,64
	De 7 ou mais	2	18,18
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Conforme a tabela 5 podemos notar que no assentamento Cambuchim 68,75% dos entrevistados tem de 1 a 3 dependentes e 31,25% tem de 4 a 6. Já no assentamento Cristo Redentor apenas 18,18% dos assentados tem de 1 a 3 dependentes e 63,64% tem de 4 a 6 dependentes.

Tabela 6 – Qual a sua renda média familiar advinda do uso da propriedade?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	01 – 02 salários mínimos	16	100,00
	Cristo Redentor	01 – 02 salários mínimos	7
	03 – 04 salários mínimos	4	36,36
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.]

A tabela 6 nos demonstra que a renda média familiar de 100% dos moradores do assentamento Cambuchim é de 1 a 2 salários mínimos. Já no

assentamento Cristo Redentor 63,64% dos assentados tem renda média de 1 a 2 salários mínimos e 36,36% dos moradores tem renda entre 3 e 4 salários mínimos. Notamos ainda que somente no Cristo Redentor existe renda de 3 a 4 salários mínimos em 36,36%, por causa da proximidade do mesmo com a cidade, fazendo com isso que efetuem a venda dos produtos diretos dos consumidores ou em feiras semanais que existem para esse fim.

Tabela 7 – Qual a sua escolaridade?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Fundamental incompleto	12	75,00
	Médio incompleto	3	18,75
	Médio completo	1	6,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sem instrução	4	36,36
	Fundamental incompleto	6	54,55
	Fundamental Completo	1	9,09
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Conforme nos demonstra a tabela 7 no assentamento Cambuchim 75% possuem fundamental incompleto, 18,75% ensino médio incompleto e 6,25% médio completo, e no Cristo Redentor 54,55% possuem fundamental incompleto, 36,36% não possuem instrução e 9,09% fundamental completo.

Tabela 8 – Qual a Principal atividade em sua propriedade?

A pergunta 8 é de múltipla escolha, possibilitando assim que tabulação de dados da tabela 8 ocorre-se de modo diferenciado para assim saber quais e quantas as atividades exercidas na propriedade.

Tabela 8.1

Assentamento Cambuchim		
Resposta	Frequência	%
Gado de leite	8	50,00
Gado de corte	7	43,75
Monocultura (soja, milho, trigo arroz...)	9	56,25
Hortifrutigranjeiro	7	43,75
Citricultura	2	12,50
Avicultura	7	43,75
Suinocultura	3	18,75

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

De acordo com a tabela 8.1 constatamos que no assentamento Cambuchim 50% dos assentados se utilizam de gado de leite, 56,25% se utilizam da monocultura, 43,75% se utilizam em percentuais iguais da avicultura, do gado de corte e do hortifrutigranjeiro, 18,75% se utilizam da suinocultura e apenas 12,5% da citricultura.

Tabela 8.1.1

Assentamento Cambuchim		
Número de atividade	Frequência	%
1	6	37,5
2	3	18,75
3	2	12,5
4	2	12,5

5	1	6,25
6	2	12,5
7	0	0
8	0	0

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Dentre estes a tabela 8.1.1 nos permite ver que ainda no assentamento Cambuchim 37,5% praticam apenas um tipo de atividade, 18,75% praticam três tipos de atividades em sua propriedade e em percentual de 12,5% para a quantidade de pessoas que realiza 3, 4 e 6 atividades em sua propriedade no assentamento.

Tabela 8.2

Assentamento Cristo Redentor			
Resposta		Frequência	%
8.1 Gado de leite	1	11	100,00
8.2- Gado de corte	1	1	9,09
8.3- Monocultura (soja, milho, trigo arroz...)	1	4	36,36
8.4- Hortifrutigranjeiro	1	7	63,64
8.5- Citricultura	1	5	45,45
8.6- Avicultura	1	5	45,45
8.7- Suinocultura	1	3	27,27

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

De acordo com a tabela 8.2 constatamos que no assentamento Cristo Redentor 100% dos assentados se utilizam de gado de leite, 63,64% se utilizam do hortifrutigranjeiro, 45,45% se utilizam em percentuais iguais da avicultura e da citricultura 27,27% se utilizam da suinocultura e apenas 36,36% da monocultura e apenas 9,09% do gado de corte.

Tabela 8.2.1

Assentamento Cristo Redentor		
Número de atividade	Frequência	%
1	3	27,27
2	2	18,18
3	1	9,09
4	1	9,09
5	2	18,18
6	0	0,00
7	2	18,18
8	0	0,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais- Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Dentre estes a tabela 8.2.1 nos permite ver que ainda no assentamento Cristo Redentor 27,27% praticam apenas um tipo de atividade, 18,18% praticam dois tipos de atividades, o mesmo percentual também pratica quatro e sete atividades em sua propriedade e em percentual de 9,09% para a quantidade de pessoas que realiza três e quatro atividades.

Com base nos dados relatados nas tabelas 8 pudemos constatar que o motivo da renda baixa (exposto na tabela 6) se dá devido o grande número de assentados que pratica apenas uma cultura em seu lote. Notamos também que apenas no assentamento Cristo Redentor há assentados que tem um lucro considerado médio, neste também há 2 pessoas que praticam 7 atividades em seu lote. Logo, o lucro obtido está diretamente ligado ao número de culturas por lote.

Tabela 9– Você efetua trabalhos remunerados fora da propriedade?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim. Quais?	7	43,75
	Não.Por que?	9	56,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Não.Por que?	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

De acordo com a tabela 9 sobre efetuar ou não trabalhos remunerados fora da propriedade, podemos notar que no assentamento Cambuchim 56,25% não realizam atividades fora do assentamento por: não poder, não querer, falta de tempo, buscar autonomia entre outras coisas e 43,75% dos assentados realizam atividades fora do assentamento como: diarista, lenhador, doma de cavalo, frete, pedreiro ou serviços agrícolas. Já no assentamento Cristo Redentor 100% dos moradores não exerce atividade fora do assentamento: por falta de tempo, por ser aposentado, não sabem ou não responderam e por falta de opções.

Bloco 2 - Objetivos e condições de implantação da propriedade

Tabela 10– Qual o objetivo principal que buscava quando procurou ser assentado?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Estabilidade financeira	8	50,00
	Continuar nas atividades agrícolas	6	37,50
	Não tinha outra opção	2	12,50
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Estabilidade Financeira	1	9,09
	Continuar as atividades agrícolas	8	72,73
	Não tinha outra opção	2	18,18
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

No que concerne ao objetivo principal que buscavam ao se tornarem assentados a tabela 9 demonstra que no assentamento Cambuchim 50% dos moradores buscava estabilidade financeira e 37,5% buscava continuar as atividades agrícolas e 12,5% não tinha outra opção. Enquanto no assentamento Cristo Redentor apenas 9,09% buscava estabilidade financeira e 72,73% buscava continuar as atividades agrícolas e 18,18% não tinha outra opção.

Baseado nestes percentuais é visível à “vocação” agrícola do grupo, ainda mais se vemos que os que buscavam a estabilidade, era através da agricultura.

Tabela 11–Quando você chegou teve acesso ao crédito rural?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	13	81,25
	Não. Por que?	2	12,50
	NS/NR	1	6,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	10	90,91
	Não. Por que?	1	9,09
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 11 nos permite visualizar que no assentamento Cambuchim 81,25% dos assentados tiveram acesso ao crédito rural quando chegaram e que os 12,5% que não tiveram era porque faltava legalizar o lote. Já no Cristo Redentor 90,91% disseram ter acesso ao crédito rural e os 9,09% que responderam que não, não souberam definir o porquê.

Tabela 12–Você acessa o crédito rural hoje?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	3	18,75

	Não. Por que?	13	81,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	2	18,18
	Não. Por que?	9	81,82
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Por que?			
Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim		2	12,50
	Inadimplente	8	50
	Não pode	1	6,25
	falta legalizar (escrituras)	4	25
	não procurou	1	6,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor		2	18,18
	Ainda está pagando	1	9,09
	Inadimplente	2	18,18
	NS/NR	3	27,27
	Por opção	3	27,27
Total	11	100,00	

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 12 demonstra que mesmo hoje em dia ainda muitos dos assentados não acessa o crédito rural, no assentamento Cambuchim apenas 18,75% e no Cristo Redentor 18,18%.

No Cambuchim 50% da falta de acesso ocorre por inadimplência e 25% por falta de legalização (escrituras). No Cristo Redentor 9,09% ainda esta pagando o terreno 18,18% estão inadimplentes e 27,27% por opção própria.

Bloco 3 - Dos resultados e suas explicações

Tabela 13–Seu retorno econômico, aquilo que sobra para você, depois de todas as despesas é:

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Médio	5	31,25
	Pequeno	11	68,75
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Médio	2	18,18
	Pequeno	9	81,82
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais- Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

De acordo com a tabela 13 o lucro obtido pelos moradores do assentamento Cambuchim é pequeno para 68,75% e médio para 31,25% dos assentados. Já no Cristo Redentor esse lucro é pequeno para 81,82% dos assentados e médio para 18,18%.

Baseado nos dados chama atenção de nenhum ter lucro grande, que era uma das assertivas da tabela 13.

Tabela 14– Em relação a resposta anterior, o retorno é assim por:

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Tamanho da propriedade	4	25,00
	Tecnologia	10	62,50
	Experiência anterior	1	6,25
	NS/NR	1	6,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Tamanho da propriedade	1	9,09
	Tecnologia	1	9,09

propriedade		
Tecnologia	4	36,36
Experiência anteriores	4	36,36
NS/NR	1	9,09
Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-
Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo
Redentora Abril/2013.

A tabela 14 nos permite visualizar o porquê de lucros baixos ou apenas médios. No assentamento Cambuchim segundo os entrevistados 25% diz que isso ocorre devido o tamanho da propriedade, 62,5% dizem que é devido a tecnologias e apenas 6,25% pelas experiências anteriores. No assentamento Cristo Redentor 9,09% diz que esse lucro se dá pelo tamanho da propriedade 36,36% dizem ser devido o a Tecnologia e 36,36% devido experiências anteriores.

Bloco 3.1 – Fator tamanho da propriedade

Tabela 15– O tamanho da propriedade é suficiente?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	11	68,75
	Não. Por que?	4	25
	NS/NR	1	6,25
	Total	16	100
Cristo Redentor	Sim	7	63,64
	Não. Por que?	4	36,36
	Total	11	100

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-
Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo
Redentor -Abril/2013.

Quanto ao tamanho da propriedade à tabela 15 nos permite ver que no assentamento Cambuchim 68,75% dos assentados acham o tamanho suficiente e apenas 25% acham que não (pois acham pequeno, gostariam de um terreno maior

para diversificação de culturas) 6,25% acham a propriedade pequena, pois a partir de certas consequências climáticas (chuvas, secas) perde-se muito terreno. No assentamento Cristo Redentor 63,64% acham o tamanho da propriedade suficiente e 36,36% (os que não acham dizem ser por causa das condições climáticas, por falta de algum tipo de tecnologia e por ser pouca área).

Baseado nisto novamente aglutinarmos os dados para a maioria deles 66,6% acham ser ideal o tamanho das propriedades e 29,6% acham ser pequena.

Bloco 3.2 – Fator tecnologia

Tabela 16– Você possui os equipamentos necessários para uma boa utilização da terra?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	4	25,00
	Não. Por que?	12	75,00
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	3	27,27
	Não. Por que?	8	72,73
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Na tabela 16 buscamos saber se os assentados possuem os equipamentos necessários para uma boa utilização da terra. No assentamento Cambuchim 25% diz que sim e dos 75% que diz que não 56,25% (diz ser pela falta de recursos e utiliza os equipamentos emprestados pela associação). No assentamento Cristo Redentor 27,27% diz ter os equipamentos necessários, dos 72,73% (dos que dizem não ter, diz ser inviável economicamente, diz faltar recurso, assistência, água e recursos).

Tabela 17–Você possui acesso a assessoria técnica de irrigação?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
--------------	----------	------------	---

Cambuchim	Sim	2	12,50
	Não.	13	81,25
Por que?			
	NS/N	1	6,25
R			
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	1	9,09
	Não.	9	81,82
Por que?			
	NS/N	1	9,09
R			
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 17 sobre assessoria técnica de irrigação no Cambuchim apenas 12,5% dizem ter acesso. 81,25% dizem não ter acesso (dizem que falta água, que falta recursos, falta de assessoria, falta de condições ou ainda usa o da assessoria da cooperativa). Quanto ao Cristo Redentor 81,82% diz não ter acesso a assessoria de irrigação (por falta de assistência, falta de financiamento, falta de água no assentamento e falta de apoio) e 9.09% dizem ter acesso as técnicas de irrigação.

Tabela 18–Você possui acesso a tecnologia de correção e adubação de solo?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	5	31,25
	Não.	11	68,75
Por que?			
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	3	27,27
	Não.	8	72,73
Por que?			

Total	11	100,00
-------	----	--------

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 18 nos permite visualizar se os assentados tem acesso a tecnologias de adubação de solo. No assentamento Cambuchim 31,25% dos assentados diz que tem e dos 68,75% que dizem não ter 43,75% diz ser por falta de recursos (por falta de dinheiro, por falta de investimento e por falta de propostas). Já no assentamento Cristo Redentor 27,27% dizem ter acesso às tecnologias de adubação de solo e dos 72,73% (dizem não ter, por falta de recurso, por falta de equipamento, por falta de assistência).

Bloco 3.3 – Fator experiência

Tabela 19–Você possuía experiência anterior na produção agrícola?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	13	81,25
	Não.	3	18,75
	Por que?		
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	9	81,82
	Não.	1	9,09
	Por que?		
	NS/N	1	9,09
	R		
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 19 sobre possuir ou não experiência anterior na área agrícola demonstrou que no assentamento Cambuchim 81,25% dos assentados já possui algum tipo de experiência e os 18,75% que não possuía era por falta de experiência ou pouca idade. Já no assentamento Cristo Redentor 81,82% já possuía experiência na área agrícola.

Tabela 20– Sua experiência foi útil para o desenvolvimento de sua produção?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	14	87,50
	Não.	2	12,50
	Por que?		
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	10	90,91
	Não.	1	9,09
	Por que?		
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 20 nos permite visualizar se a experiência previa na área agrícola foi útil para o desenvolvimento da produção. No assentamento Cambuchim 87,5% disseram que sim e 12,5% disseram que não por não terem experiência prévia. No assentamento Cristo Redentor 90,91% disseram ter sido útil a experiência previa e 9,09% disseram que não porque ainda tem muito a aprender.

Tabela 21– Sua experiência foi útil para: (em ordem de importância)

O tratamento de dados das tabelas da questão 21 foi feito de modo diferenciado por ser uma questão de ranqueamento na qual os entrevistados tinham a opção de enumerar de 1 à 4 o grau de prioridade que sua experiência foi útil.

Assentamento Cambuchim				
Resposta	1º	2º	3	4
		o	o	S/NR
Obtenção de crédito rural	2	2	2	9
Aumento da Produtividade	6	4	3	3
Escolha da cultura (sementes e animais)	7	5	3	–

Busca de tecnologia	1	4	6	3
Assentamento Cristo Redentor				
Resposta	1 ^o	2 ^o	3	4
		o	o	
Obtenção de crédito rural	1	–	1	9
Aumento da Produtividade	3	4	3	1
Escolha da cultura (sementes e animais)	5	4	1	1
Busca de tecnologia	1	2	3	6

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

De acordo com a tabela 21 podemos notar que no ranqueamento de prioridades de 1 a 4 em ambos os assentamentos pesquisados notamos que a primeira utilidade da experiência foi à escolha de culturas, seguido nos dois assentamentos também, de aumento da produtividade. Já no que concerne a terceira utilidade mais escolhida foi à obtenção de crédito rural e a quarta e última utilidade da experiência nos assentamentos foi a busca de tecnologia. Podemos notar uma similaridade muito grande entre os dois assentamentos pesquisados e isso será especificado na comprovação ou negação da hipótese.

Tabela 22.1

Assentamento Cambuchim		
Resposta	1 ^o	%
22.1 Obtenção de crédito rural	2	12,5
22.2- Aumento da Produtividade	6	37,5
22.3- Escolha da cultura (sementes e animais)	7	43,75
22.4- Busca de tecnologia	1	6,25

Assentamento Cristo Redentor		
Resposta	1^o	%
22.1 Obtenção de crédito rural	1	15
22.2- Aumento da Produtividade	3	26
22.3- Escolha da cultura (sementes e animais)	5	44
22.4- Busca de tecnologia	1	15

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais- Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Através da análise da tabela 22.1 podemos notar que em grau de importância da experiência prévia a prioridade número um dos assentados tanto no assentamento Cambuchim (43,75%) quanto no Cristo Redentor (37,5) foi à escolha da cultura (sementes e animais). A segunda prioridade é o aumento da produtividade 37,5% no Cambuchim e 26% no Cristo Redentor. A obtenção de crédito rural e a busca de tecnologia são vistas como menos prioritárias, 15% no Cristo Redentor para cada uma delas. Já no Cambuchim a obtenção de crédito rural conta com 12,5% e a busca de tecnologia com apenas 6,25%.

Bloco 4 – Das expectativas

Tabela 21– Você considera que tenha atingido, atualmente, seus objetivos iniciais?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	10	62,50
	Não.	6	37,50
	Por que?		
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	8	72,73
	Não.	3	27,27
	Por que?		
	Total	11	100,00

Por que?			
Assentamento		Frequência	%
Cambuchim		10	62,50
	falta atingir alguns	1	6,25
	falta condições	4	25
	tempo/recursos	1	6,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor		8	72,73
	falta apoio	3	27,27
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor- Abril/2013.

Quanto a ter atingido atualmente os objetivos iniciais a tabela 21 nos mostra que no assentamento Cambuchim 62,5% atingiram os objetivos e 37,5% (dos que não atingiram dizem ser por falta de condições, por falta de tempo/recursos e dizem que falta atingir alguns objetivos ainda). No assentamento Cristo Redentor 72,73% dizem ter atingido o objetivo inicial e os 27,27% que dizem não ter atingido afirmam ser devido à falta de apoio.

Tabela 23–Em sua opinião o que teria que ser feito para melhoria do assentamento?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Mais recursos econômicos	5	31,25
	Mais recursos tecnológicos	3	18,75
	Mais infraestrutura	3	18,75

	Mais assistência técnica	5	31,25
	Total	16	100,00
Cristo Redentor	Mais recursos econômicos	2	18,18
	Mais recursos tecnológicos	1	9,09
	Mais infraestrutura	1	9,09
	Mais assistência técnica	4	36,36
	NS/NR	3	27,27
	Total	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

A tabela 23 nos mostra a opinião dos assentados sobre o que tem que ser melhorado no assentamento. No Cambuchim 31,25% afirmam a necessidade de mais recursos econômicos, 18,75% a necessidade de mais recursos tecnológicos 18,75% mais infraestrutura e 31,25% mais assistência técnica. Já no assentamento Cristo Redentor 18,18% afirmam a necessidade de mais recursos econômicos, 9,09% de mais recursos tecnológicos, 9,095 de mais infraestrutura e 36,36% de mais assistência técnica.

Tabela 24–Você considera que contribuiu para o desenvolvimento da zona rural do município?

Assentamento	Resposta	Frequência	%
Cambuchim	Sim	16	100,00
Cristo Redentor	Sim	11	100,00

Fonte: Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso para o curso de Ciências Sociais-Ciência Política: O impacto sócio- econômico da vida em assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor-Abril/2013.

Conforme nos demonstra a tabela 23 em ambos os assentamentos, ou seja 100% dos assentamentos consideram que contribuem para o desenvolvimento da zona rural de São Borja.

Não poderia ser de outra forma, pois suas atividades movimentam o comércio local tanto ao adquirirem insumos para suas atividades e também ao negociarem sua produção no mercado inerente ao mesmo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto se constituiu em uma oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido na Universidade em um tema de interesse e vivência pessoal, que é o funcionamento socioeconômico da zona rural de São Borja, buscando perceber o impacto das políticas públicas para os trabalhadores rurais sem terra.

Em outro sentido complementar por considerar a proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como uma pequena contribuição para a construção do conhecimento acadêmico no momento que analisa e reflete cientificamente sobre a dinâmica dos assentamentos e conseqüentemente seu impacto para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e da região.

Nosso objetivo mais geral, portanto buscou colaborar com a sociedade a partir de uma pesquisa de relevância, pois visa pesquisar um tema que pode colaborar com a própria reprodução da sociedade, a partir da análise crítica e reconstitutiva do seu próprio ambiente social.

Finalmente este trabalho busca uma nova visão, a partir do momento que é o primeiro estudo acadêmico sobre tais assentamentos a ser realizado na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja.

Assim realizamos duas grandes reflexões, onde buscamos elementos teóricos para firmar nossa perspectiva de pesquisa. Discutimos a questão agrária e sua conseqüente dinâmica de acesso a terra no Brasil que de forma geral conformou o grande latifúndio, paralelamente em um longo processo sócio-histórico, excluindo os despossuídos de recursos e gerando uma grande desigualdade no acesso a terra, que como vimos, no capítulo 01, é uma das bases de nossa desigualdade social, traço marcante, ainda no país.

Neste processo, as políticas para reforma agrária foram sempre aquém das suas reais necessidades, por uma série de fatores: postura do Estado, pressão da oligarquia latifundiária e etc. Mas, como vimos surge um ator fundamental para o aquecimento do debate sobre a Reforma Agrária, a saber o MST que revolucionou as formas de luta e pressão e não obstante, diversos problemas, já identificados no capítulo referido, são um dos principais responsáveis pela realização de assentamentos atualmente.

Os assentamentos que estudamos são fruto deste processo mais geral: da luta pela terra, do tensionamento com o latifúndio e da efetivação, por consequência, do acesso à terra.

Nossa segunda reflexão, no capítulo 02, buscou captar a dinâmica de funcionamento dos assentamentos, pós o processo de luta pelo acesso à terra. Um grande contraponto expresso pelos assentamentos são, a sua forma de organizar a produção: através da agricultura familiar, ou seja, uma economia com base na família que gerencia, trabalha e é proprietária da terra. Via de regra embora, isto possa variar, trabalha com a pequena propriedade e hoje é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil e no mundo. Temos então, ao contrário do latifúndio improdutivo, pequenas unidades produtivas altamente eficientes. Entretanto, como vimos no referido capítulo, os pequenos agricultores que chegam nos assentamentos, estão descapitalizados e com poucas ou nenhuma condição efetiva de produzir na terra, assim buscamos perceber as condições geradas pelo governo, onde verificamos que a luta continua por parte dos assentados, ou seja, agora em um novo patamar, de busca das condições: crédito, assessoria técnica, maquinário, infraestrutura e etc. Os assentamentos que estamos pesquisando se inserem neste contexto evidentemente.

A partir dos elementos colocados acima formulamos o nosso problema de pesquisa: **Qual o impacto de viver em assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra para o desenvolvimento socioeconômico do produtor rural?**

O problema busca explorar as duas dimensões constitutivas centrais de nossa pesquisa: primeiro, a dimensão do impacto na vida em assentamentos, ou seja, considerando o assentamento como a transição de uma fase de luta pelo acesso a terra, agora uma vez o acesso realizado, como o agricultor que ali vai habitar consegue manter-se e organizar sua produção agrícola na perspectiva de sua auto sustentabilidade econômica. Em segundo, como organiza efetivamente, para buscar a auto sustentabilidade, a sua vida nestes assentamentos em particulares, já apresentados no capítulo 03, ou seja, que condições possuem para buscar realizar seus objetivos, como, em uma perspectiva comparada, reagem as condições específicas de ser assentado em São Borja e nesta perspectiva qual o seu grau de satisfação em relação a tais objetivos.

Para responder nosso problema formulamos a hipótese central como forma de orientar a compreensão da realidade por meio das respostas. Portanto a nossa hipótese de que o impacto social dos que vivem em assentamentos para o seu desenvolvimento socioeconômico é muito pequeno, ou seja, tem baixo retorno e evidenciaram-se pelos seguintes fatores: 1) Falta de experiência anterior nas atividades agrícolas; 2) falta de uso de tecnologia agrícola disponível; 3) Tamanho da propriedade⁵. A metodologia utilizada foi descrita no capítulo 3. Vamos agora apresentar a síntese dos resultados encontrados e também detalhados no capítulo 3:

O fator 1 – falta de experiência anterior nas atividades agrícolas se constituía em três aspectos: A escolha das culturas que serão implantadas, a escolha dos animais para sua produção e por fim postulamos que por não saberem ou não terem uma orientação adequada no uso do crédito de financiamento.

Comprovamos pela pesquisa (exposto na tabela 4) que no assentamento Cambuchim 43,75% eram agricultores, e 18,75% eram empregados rurais antes de serem assentados. Já no assentamento Cristo Redentor 72,73% eram agricultores e 18,18% empregados rurais com isso podemos claramente notar que os assentados já tinham experiência na área agrícola.

Verificamos também pela pesquisa, conforme exposto na tabela 11, que no assentamento Cambuchim 81,25% e no assentamento Cristo Redentor 90,91% tiveram acesso ao crédito rural quando chegaram ao assentamento. E ainda conforme exposto na tabela 12 no assentamento Cambuchim 81,25% e no Cristo Redentor 81,82%, valores bem semelhantes conforme podemos notar de assentados que não acessam o crédito rural hoje. Enfim o primeiro fator explicativo constitutivo de nossa hipótese central não foi possível de ser constatado empiricamente, ou seja, se existe baixo retorno, não é por causa de falta de experiência anterior do assentado.

O fator 2 – falta de uso de tecnologia agrária disponíveis tinha dois aspectos: A ausência de projetos de irrigação nas propriedades e os assentados não ter acesso às correções e adubação do solo

No que concerne ao fator II foi comprovado empiricamente que: Segundo a tabela 16 no assentamento Cambuchim 75% e no assentamento Cristo Redentor

⁵ Já foram evidenciadas no capítulo anterior.

72,73% dizem não possuir equipamentos necessários para uma boa utilização da terra. No assentamento Cambuchim 81,25% e no Cristo Redentor 81,82% dos assentados dizem não ter acesso à assessoria técnica de irrigação (conforme tabela 17). Quanto ao acesso à tecnologia de correção e adubação de solo no assentamento Cambuchim 68,75% e no Cristo Redentor 72,73% dizem não possuir acesso, segundo tabela 18. Com isso pudemos constatar que parte do baixo retorno econômico obtido pelos assentados, conforme exposto na tabela 6 que nos mostra que no assentamento Cambuchim 100% do retorno econômico é de 1 a 2 salários mínimos e no Cristo Redentor de 63,64% se dá em grande parte por falta de assessoria técnica. Este fator explicativo foi possível de comprovar. Se, de fato, a experiência não explica um possível baixo retorno, o acesso, neste caso não acesso explica.

O fator 3 – tamanho da propriedade tinha um aspecto central: postulávamos que ao ser pequeno, o tamanho da propriedade, ficam restritas as opções para implantação de culturas que exigem uma área maior.

No que concerne ao fator tamanho da propriedade no assentamento Cambuchim 68,75% e no Cristo Redentor 63,64% dizem achar o tamanho da propriedade suficiente. Pudemos ainda constatar segundo a tabela 8.1.1 e 8.2.1 que: no assentamento Cambuchim apenas 37,5% e no Cristo Redentor apenas 27,27% dos assentados exercem apenas uma atividade em sua propriedade. Ou seja, o fator explicativo 3 também não pode ser comprovado, o retorno econômico não é pequeno por causa do tamanho da terra, que inclusive pelo que vimos na pesquisa tem sido, via de regra bem aproveitada a partir do desenvolvimento de várias culturas.

Ainda explorando a questão do impacto da vida em assentamentos, pudemos também constatar conforme nos demonstra a tabela 22 que no assentamento Cambuchim 62,5% e no Cristo Redentor 72,73% afirmam ter atingido os objetivos iniciais expostos na tabela 9 sendo como maioria em ambos os assentamentos, os objetivos de: busca pela estabilidade financeira e continuidade das atividades agrícolas. Ou seja, um bom, talvez alto impacto demonstrado.

Constatamos também que em ambos os assentamentos 100% dos entrevistados julgam contribuir para o desenvolvimento rural do município de São Borja demonstrando que o impacto causado na vida social nos assentamentos para o desenvolvimento socioeconômico, que se materializaria por ter moradia, saúde,

lazer e condições de trabalho compatíveis com suas necessidades, do produtor assentado é no mínimo razoável a partir da percepção dos assentados.

Verificamos, portanto que a resposta ao nosso problema de pesquisa é não. Ou seja, o impacto da vida em assentamentos para o desenvolvimento socioeconômico do assentado, seu retorno econômico não é pequeno, ou baixo. Não, pelos fatores hipoteticamente postulados por nós.

Dizíamos que eles não teriam a experiência necessária, verificamos com uma abundância de dados, que ao contrário eles possuem uma boa experiência e que está foi útil em diversos fatores de seu desenvolvimento no local.

Dizíamos também que outro fator era o fato de propriedade ser pequena, e novamente a partir da percepção dos entrevistados isto não foi demonstrado, ou seja, elas não só acham o tamanho suficiente como produzem múltiplas culturas no local.

E por último dizíamos que o acesso à tecnologia era um fator que determinava o pequeno retorno, e neste os dados empíricos demonstraram estarmos corretos, de fato a falta de acesso é generalizada e isto traz principalmente em um mundo de grandes e permanentes avanços tecnológicos prejuízo de fato. Tanto que na tabela 13 verificamos que em ambos, assentamentos o retorno, o lucro do assentado ainda é pequeno: 68,75% no Cambuchim e 81,82% no Cristo Redentor (que é do lado da cidade inclusive).

Certamente o fator tecnologia influi neste aspecto, mas os demais fatores não: eles possuem experiência, ocupam bem o tamanho disponível de terra, alcançaram seus objetivos e consideram que contribuem significativamente para o desenvolvimento da zona rural de São Borja, ou seja, um alto impacto.

Torna-se necessário então, aproveitar os resultados encontrados e prosseguir com novas pesquisas que busquem corrigir as hipóteses iniciais, aprofundar a busca de dados, buscando compreender a dinâmica destas, como vimos importantes e fundamentais unidades produtivas agrícolas. Talvez um trabalho de mestrado, mas indiferente disto, fica aqui esta singela contribuição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY R. **Agricultura Familiar e uso do solo**. Revista São Paulo em Perspectiva nº. 11 (2), 1997. P. 73-78.

BALBUENO, Andréa Lencina; Decol, Odacir. **Relatório Diagnóstico Marco Zero**. EMATER/RS, São Borja: dezembro 2006.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra 1958. IN: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. IN: **São Paulo em perspectiva**, 1997.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira Souza. **Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectiva de desafios**, 2011.

GEHLEN Ivaldo & MÉLO J.L.B. **A dinâmica da Agricultura no sul do Brasil-realidades e perspectivas**. Revista São Paulo em Perspectiva no. 11 (2),1997, p. 99-108.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas de desenvolvimento social rural**. São Paulo Perspec, vol.18 nº. 2 abr. junho 2004, p. 95-103.

GONÇALVES, Renata. **Assentamentos como pactos de (des) interesses nos governos democráticos**. 2007 p. 184-198. Núcleo de Estudo de Ideologias e Lutas Sociais PUC-SP. Disponível em <www.puc.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf> acessado em 05 de maio de 2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza**. dezembro, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico da questão agrária**. Brasil. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288> Acessado em 01 de maio de 2013.

JÚNIOR Raul. Reforma agrária brasileira: síntese histórica e impasse atual. Revista **São Paulo em Perspectiva**. nº. 11 (2),1997,p. 35-41.

JR. Belisário do Santos. Reforma Agrária, Justiça e Cidadania. **Revista São Paulo em Perspectiva**. nº. 11 (2),1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismos, enxada e voto- Município e o regime representativo no Brasil. 4.ed. **São Paulo Companhia das Letras**, 2012.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas dos sem-terra no Brasil. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

APÊNDICE 01



Universidade Federal do Pampa

Campus de São Borja

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política

Pesquisa:

O impacto sócio econômico da vida em assentamentos rurais em São Borja: O caso dos assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor

Nº001	Data:	Assentamento:
Nome chefe de família:		
I – Perfil do assentado (chefe de família)		
1. Qual a sua origem?		
a) São Borja b) Outra cidade. Qual?		
2. Qual a geração de assentados que você pertence?		
a) Geração original (década de 1990) b) Geração posterior (após 2000 – desistências)		
3. O que você fazia antes de ser assentado?		
a) Agricultor b) Empregado rural c) outra atividade. Qual?		
4. Quantos dependentes familiares vc possui? (que moram na propriedade rural)?		
a) De 1 a 3 b) De 4 a 6 c) De 7 ou mais		
5. Qual a sua renda média familiar advinda do uso da propriedade?		
a) 01-02 salários mínimos b) 03-04 – salários mínimos c) 05 ou mais		
6. Qual a sua escolaridade?		
a) Sem instrução b) Fundamental incompleto c) Fundamental completo d) Médio incompleto e) Médio completo		

f) Superior
7. Qual a principal atividade em sua propriedade?
a) Gado de leite b) Gado de corte c) Monocultura(soja, milho, trigo, arroz...) d) Hortifrutigranjeiro e) Citricultura f) Avicultura g) Suinocultura h) Ovinocultura
8. Você efetua trabalhos remunerados fora da propriedade?
a)sim. Quais? b) não. Por que?
II. Objetivos e condições de implantação da propriedade
9. Qual o objetivo principal que buscava quando procurou ser assentado?
a)Estabilidade financeira b)Continuar nas atividades agrícolas c)Não tinha outra opção d)Outros. Quais
10. Quando vc chegou teve acesso ao credito rural
a)sim b) não. Por que?
11. Você acessa o credito rural hoje?
a)sim b) não. Por que?
III. Dos resultados e suas explicação
12. Seu retorno econômico, aquilo que sobra para você, depois de todas as despesas é
a)grande b)médio c)pequeno
13. Em relação a resposta anterior, o retorno é assim por :
a)tamanho da propriedade b) tecnologia c)experiência anterior
III.I . Fator tamanho da propriedade
14. O tamanho da propriedade é suficiente
a)sim b) não. Por que?
III.II. Fator Tecnologia
15. Vc possui os equipamentos necessários para uma boa utilização da terra
a)sim b) não. Por que?

16. Vc possui acesso a assessoria técnica de irrigação?
a)sim b) não. Por que?
17. Vc possui acesso a tecnologia de correção e adubação de solo?
a)sim b) não. Por que?
III.IV Fator Experiência
18. Vc possuía experiência anterior na produção agrícola
a)sim b) não. Por que?
19. Sua experiência foi útil para o desenvolvimento de sua produção?
a)sim b) não. Por que?
20. Sua experiência foi útil para a obtenção de (ordene por maior utilidade de 1 a 4)
a)Obtenção do Credito rural b) Aumento da Produtividade c)escolha da cultura(sementes e animais) d) busca de tecnologia
IV.IV – Das expectativas
21. Vc considera que tenha atingido, atualmente, seus objetivos iniciais?
a)sim b) não. Por que?
22. Em sua opinião o que teria que ser feito para melhorar os assentamentos?
a)mais recursos econômicos b)mais recursos tecnológicos c) mais infraestrutura d)mais assistência técnica
23. Você considera que contribuiu para o desenvolvimento da zona rural do município?
a)sim b) não. Por que?

APÊNDICE 02

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado participante,

Estamos realizando para efeito de conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) do curso de Ciências Sociais – Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) a pesquisa intitulada “**O impacto sócio econômico da vida em assentamentos rurais em São Borja: O caso dos assentamentos Cambuchim e Cristo Redentor**” que tem os seguintes objetivos:

I. DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

- Conhecer e identificar as formas de funcionamento e desenvolvimento da zona rural de São Borja a partir do impacto da implantação de assentamentos

Objetivos Específicos

- Analisar o impacto da implantação dos assentamentos para o desenvolvimento do produtor rural ali residente
- Analisar o funcionamento dos assentamentos e as formas de vida ali existentes

II. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO, METODOLOGIA, RISCOS E BENEFÍCIOS

1 - A sua participação será de forma voluntária e você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento e sem qualquer tipo de prejuízo.

2 - Estamos metodologicamente utilizando a técnica de de um questionário semi-estruturado que será aplicado a partir de uma amostra pré-selecionada nos pequenos produtores assentados

Vamos buscar aplicar o questionário em 45 pessoas residentes(chefes de família),que não serão identificadas na compilação e divulgação dos dados

O questionário foi construído tendo com base nos seguintes blocos temáticos:

- I – Perfil do assentado (chefe de família)
- II. Objetivos e condições de implantação da propriedade
- III. Dos resultados e suas explicações
 - III.I . Fator tamanho da propriedade
 - III.II. Fator Tecnologia
 - III.IV Fator Experiência
- IV – Das expectativas

Utilizaremos a análise temática a partir dos blocos acima construídos, como forma de análise que consiste em aglutinar as opiniões por bloco e buscar construir um mapa das percepções comuns e diferentes entre si.

3 - O benefício que buscamos com esta pesquisa é o de aprimorar o conhecimento para a elaboração de políticas públicas voltadas para os usuários da política agrária, assim como compreender a dinâmica dos assentamentos na atualidade. O risco previsto é o de não conseguirmos tal intento, ficando a pesquisa e suas descobertas relegadas ao esquecimento. Trabalharemos com o sigilo total, mas sempre existe o risco de a pessoa ser identificada. Para isto buscamos realizar as perguntas da forma mais simples o possível para evitar possíveis constrangimentos

III. IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR

Nome: Cesar Beras

Instituição: Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA

Endereço: Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200 Bairro: Passo. CEP 97670-000

Telefone para contato: (55) 3430-4323

IV. DA AUTORIZAÇÃO

Nome completo do entrevistado: _____

Data: ___/___/_____

Assinatura consentindo com a participação na pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Obs.: O presente TCLE é emitido em duas vias assinadas pelo sujeito e pelo pesquisador.